

## BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

### SISTEMA BNDES

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES

1º Semestre de 2017

#### Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração do Sistema BNDES relativo ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017.

### CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional continua mostrando um quadro mais benigno para o nível de atividade, tanto para economias avançadas, quanto para emergentes. Esse fato vem tendo consequências positivas nos fluxos de capitais líquidos para economias emergentes. Por outro lado, os preços de *commodities*, que vinham apresentando alta desde meados de 2016, sofreram uma correção no curto prazo, com quedas no petróleo e no minério de ferro, mas que não deve configurar tendência baixista nos preços.

O cenário doméstico caracterizou-se, no 1º trimestre de 2017, pela interrupção da sequência de oito trimestres de contração da atividade econômica no Brasil. O PIB apresentou crescimento de 1,0% no trimestre em relação ao 4º trimestre de 2016, na série livre de influências sazonais. Todavia, esse resultado não pode ser considerado como tendencial, pois foi pontualmente beneficiado pela forte expansão da produção agrícola. Para o 2º trimestre de 2017, os indicadores até agora disponíveis mostram sinais ambíguos. A taxa de desemprego continua em elevação, mas a queda da inflação já traz impactos positivos no rendimento real, elevando o poder de compra das famílias. Os saques das contas inativas do FGTS podem acelerar o processo de redução de dívidas das famílias, o que, associado à elevação dos indicadores de confiança, sugerem algum alento ao nível de atividade. A modulação da recuperação, no entanto, passa pela melhoria das condições no mercado de crédito. O maior fator de risco reside no cenário político.

Este contexto macroeconômico, de recuperação lenta e gradual, continua influenciando os indicadores de desempenho do BNDES. Os desembolsos do Banco acumularam R\$ 33,5 bilhões até junho de 2017, uma contração de 17% frente ao mesmo período de 2016. O destaque positivo no semestre se refere aos desembolsos da linha BNDES Progeren, destinada ao financiamento de capital de giro das empresas. A linha totalizou R\$ 3,3 bilhões em desembolsos no semestre, alta nominal de 367% em relação ao mesmo período de 2016.

A inflação corrente, bem como as expectativas inflacionárias para 2017 e para os próximos anos, tem sido beneficiada, no curto prazo, tanto pelo choque positivo de oferta advindo dos preços dos gêneros alimentícios, como também pelo comportamento dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços). Nesse sentido, o Banco Central deu continuidade, em 2017, ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016, com uma redução total de 400 bps da taxa básica de juros, entre outubro de 2016 e maio de 2017. Contudo, o recrudescimento das incertezas políticas e seus efeitos sobre o andamento das reformas econômicas lançaram maior cautela quanto ao ritmo e à extensão do processo de queda dos juros.

No cenário fiscal, a grande novidade é o choque político que atingiu o país no fim de maio, com possíveis impactos no andamento da agenda de reformas. A Reforma da Previdência, vital para sustentação do teto de gastos, deverá, no mínimo, sofrer modificações frente à versão aprovada na Comissão Especial da Câmara. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal segue em queda, enquanto as despesas também sofrem um ajuste considerável, liderado pelas despesas discricionárias.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial. Os investimentos diretos no país são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tornando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

### DESTAQUES DO 1º SEMESTRE DE 2017

#### Transparência

##### Canal do desenvolvedor MPME

Lançamento do Canal do Desenvolvedor MPME, nova plataforma do BNDES com micro, pequenos e médios empresários, por meio do qual micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) podem postular crédito, via internet, em qualquer lugar, 24 horas por dia, nos sete dias da semana, sem a necessidade de ir a um agente repassador de recursos para solicitar apoio financeiro para seus projetos com recursos do BNDES.

O canal é responsivo, ou seja, pode ser acessado por meio de dispositivos móveis (celulares e tablets). Produtores rurais, microempreendedores individuais (MEIs) e transportadores autônomos de cargas (caminhoneiros) também podem utilizar a ferramenta.

Para mais detalhes sobre esse canal, vide seção “BNDES Transparente” desse Relatório.

##### BNDES no LinkedIn

Ativação da página empresarial do BNDES na rede social LinkedIn, onde serão divulgados artigos, publicações, textos para discussão, infográficos, memória institucional, entre outras publicações.

Para mais detalhes sobre essa iniciativa, vide seção “BNDES Transparente” desse Relatório.

##### Sistema Auditor

O sistema desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e compartilhado com as unidades de auditoria interna da Administração Pública Federal direta e indireta apoiará as atividades da Auditoria Interna do Sistema BNDES e sua interlocução com os órgãos externos de controle.

Visa atender à necessidade de maior disponibilidade de informações e à comunicação tempestiva ao Conselho de Administração e à Diretoria do Banco sobre as auditorias realizadas e seus desdobramentos, além de maior agilidade no processo de acompanhamento dos apontamentos e dos planos de ação definidos pelos gestores dos processos auditados.

##### PRÊMIOS

###### Prêmio ALIDE 2017

O projeto GeoBNDES, que oferece soluções de gestão do território e incorpora ferramentas de inteligência geográfica para apoiar as operações do Banco, foi vencedor da categoria “Gestão e Modernização Tecnológica” do Prêmio ALIDE 2017, concedido durante a 47ª Assembleia Geral da *Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo* (ALIDE), realizada de 31/05 a 02/06/17, em Santiago, no Chile.

O acompanhamento de projetos por imagens de satélite visa qualificar e quantificar as alterações ocorridas no território dos projetos entre períodos pré-selecionados. As informações obtidas a partir da análise das imagens fornecem aos técnicos uma ferramenta auxiliar para analisar e acompanhar o andamento dos projetos.

###### Prêmio “Deal of the Year (2016)” da Infrastructure Journal and Project” Finance Magazine/Euromoney

O BNDES foi vencedor na categoria “Project Finance de Portos na América Latina” pela estruturação da operação Hidrovias do Brasil, em conjunto com outras instituições financeiras cofinanciadoras do projeto, que teve como destaque a estrutura customizada de garantias e o compartilhamento de riscos entre os vários credores.

O apoio do BNDES envolveu o financiamento de um novo terminal portuário privado por meio de uma operação mista do BNDES Finem, com participação de outras instituições financeiras, e o apoio à construção de cinquenta embarcações fluviais graneleiras, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). As operações fazem parte do projeto de implantação de um sistema de transporte de carga pela Região Norte.

##### Medalha do Exército

Empregados da Área de Mercado de Capitais receberam a Medalha do Exército pelo trabalho em iniciativas do BNDES de apoio a institutos militares para fomento à inovação. O Banco atua na criação de uma agenda conjunta com o Instituto Militar de Engenharia (IME) para o fortalecimento da cultura empreendedora e de inovação no Brasil

##### MEMORANDOS/ACORDOS

###### Memorando de Entendimento com a International Finance Corporation (IFC)

Assinatura de Memorando de Entendimento com a IFC, com duração de dois anos, visando alcançar uma reflexão conjunta e aprendizado sobre como os Padrões de Desempenho da IFC poderiam ser utilizados no aprimoramento das políticas socioambientais do BNDES, considerando a sua realidade de banco nacional de desenvolvimento. A IFC, membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento.

###### Memorando de Entendimento para Implantação de Fábrica de Chips

Assinatura de Memorando de Entendimento com a *Qualcomm Technologies Inc.*, a *Advanced Semiconductor Engineering Inc.* (ASE), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Investe São Paulo) para implantação de planta de encapsulamento de semicondutores em São Paulo.

O empreendimento é dedicado a pesquisa, desenvolvimento, manufatura e comercialização da próxima geração de semicondutores com multicomponentes em uma mesma placa (ACSIP), para incorporação em smartphones e outras aplicações, incluindo equipamentos com funcionalidade em internet das coisas.

###### Acordo para Ampliação da Cooperação Técnica entre o BNDES e a Controladoria Geral da União (CGU)

Ampliação de acordo de cooperação técnica já em vigor com a CGU a fim de intensificar a troca de informações e experiências entre os profissionais das duas instituições sobre iniciativas de promoção do direito à participação social e o acesso à informação. Entre as ações conjuntas previstas no acordo estão a capacitação de gestores e empregados, a realização de eventos, o aprimoramento de mecanismos de atendimento ao cidadão e o compartilhamento de documentos e normas de execução e fiscalização. O acordo é válido por cinco anos, prorrogável por igual período.

O acordo de cooperação técnica já existente entre o BNDES e o Ministério da Transparência foi firmado em março do ano passado. Em maio, as duas instituições celebraram outro acordo, que permitiu o compartilhamento de dados protegidos pelo sigilo bancário entre o BNDES e a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU), nos mesmos moldes do que foi feito com o Tribunal de Contas da União (TCU).

##### MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA DO BNDES

Em 1º de junho, o economista Paulo Rabello de Castro assumiu a presidência do BNDES.

Paulo Rabello de Castro é formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e doutor em economia pela Universidade de Chicago. Fundador da SR Rating, primeira empresa brasileira de classificação de riscos de crédito, é também autor de mais de dez livros, solo ou em co-autoria. Ex-presidente do Lide Economia, coordenou, até junho de 2016, o Movimento Brasil Eficiente. Em julho de 2016, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual se desligou para assumir a presidência do BNDES em junho de 2016.

##### CRIAÇÃO DA TAXA DE LONGO PRAZO (TLP) – MEDIDA PROVISÓRIA 777, DE 26 DE ABRIL DE 2017

Em 31 de março de 2017, o Governo anunciou a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) que substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) utilizada na remuneração dos contratos de financiamento concedidos pelo BNDES, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A TLP será definida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido da taxa de juro real da NTN-B de cinco anos, sendo sua convergência para a taxa de juro real da NTN-B gradativa, no prazo de cinco anos. Em 1º de janeiro de 2018, a primeira TLP será igual à TJLP vigente na mesma data. Para tal, será estabelecido um percentual da taxa de juro real da NTN-B de cinco anos, o qual será válido por um ano e que será ajustado progressivamente até 2023.

A TJLP será mantida até o fim da vigência dos contratos de operações enquadradas ou aprovadas pela Diretoria do BNDES e dos contratos firmados e em fase de desembolso, inclusive operações por meio de agentes financeiros, antes de 1º de janeiro de 2018, e dos projetos associados a leilões passados de concessões ou cujas condições sejam anunciadas antes de 1º de janeiro de 2018. Para manter a competitividade das empresas brasileiras nos mercados internacionais, as operações de exportações não terão suas condições alteradas.

A taxa real de juro da TLP para os novos contratos do BNDES será anunciada mensalmente pelo Banco Central. A partir da vigência dos contratos em TLP, a parcela de juro real será fixa ao longo do contrato, variando apenas o componente da inflação (IPCA). Após o quinto ano, quando finalizada a convergência da taxa, o Banco Central continuará divulgando mensalmente a taxa real de juro da TLP que balizará os contratos do BNDES.

##### DECRETO 8.957, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 (AMPLIAÇÃO DO ROL DE ATIVIDADES DOS BANCOS PÚBLICOS)

O Decreto 8.957/2017 ampliou o rol de atividades em que os bancos públicos, como o BNDES, podem financiar empresas constituídas no Brasil, independentemente de o seu controle ser ou não estrangeiro, fomentando a atividade econômica, o investimento no país e a geração de emprego local.

##### NOVO ESTATUTO SOCIAL

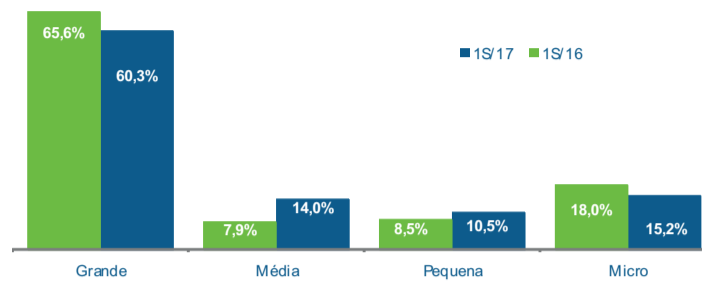
O BNDES foi a primeira empresa estatal a adaptar seu Estatuto às mudanças decorrentes da Lei das Estatals (Lei 13.303/2016) e do Decreto 8.945/2016. As principais mudanças foram a criação da Assembleia Geral, ampliação de competências, modificações na composição e estabelecimento de critérios de elegibilidade e prazo de gestão para os membros dos colegiados, criação de Comitês de Remuneração e de Elegibilidade e incorporação da Política de Dividendos negociada em 2016.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1º semestre de 2017 não houve alteração relevante nas políticas operacionais do BNDES, exceto pela publicação da MP 777/2017, que criou a TLP, cuja aplicação está prevista para os novos contratos firmados a partir de 2018.

#### PERFIL DOS DESEMBOLSOS

##### Desembolsos por Porte (R\$ milhões)



##### Classificação por porte:

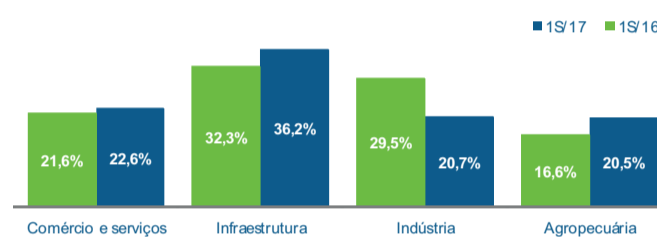
- Micro: menor ou igual a R\$ 360.000
- Pequena: maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 3,6 milhões
- Média: maior que R\$3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
- Grande: maior que R\$ 300 milhões

A classificação por porte é realizada conforme a Receita Operacional Bruta de clientes pessoas jurídicas ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas.

O BNDES classifica seus clientes em função do porte, o que permite uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, por exemplo, é considerado prioritário pelo BNDES, oferecendo condições especiais com o intuito principal de facilitar o acesso destas empresas ao crédito.

No 1º semestre de 2017, foram realizadas 183.421 operações com micro, pequenas, médias e grandes empresas, um volume 43,5% menor ao total no mesmo período de 2016, reflexo da crise econômica nas perspectivas de investimento das empresas.

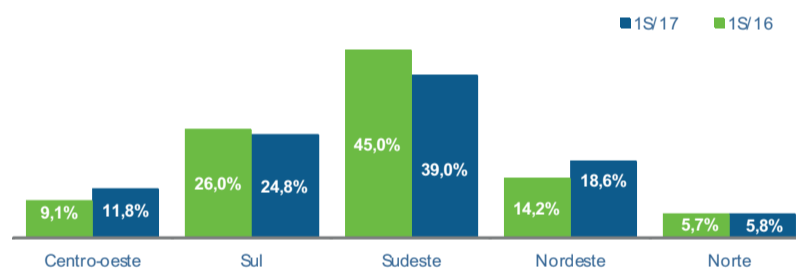
##### Desembolsos por Setor (R\$ milhões)



No 1º semestre de 2017, destacam-se, no setor industrial, os desembolsos aos segmentos de material de transporte (41,6%), alimentos e bebidas (14,7%) e celulose e papel (7,3%), enquanto, no setor de infraestrutura, destacam-se os segmentos de energia elétrica (53,5%) e transportes\* (33,7%).

\*Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiro), aquaviário, aéreo, metroviário e ferroviário, e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

##### Desembolsos por Região (R\$ milhões)



No 1º semestre de 2017, destaque, em suas respectivas regiões, para os Estados do Ceará (21,6%), Pará (51,4%), São Paulo (59,4%), Paraná (41,9%) e Mato Grosso (33,6%).

### FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da Matriz Insumo-Produto de 2005 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto: ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e
- emprego indireto: corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

#### Emprego Gerado ou Mantido na Implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES (desembolsos e aumento de demanda final em R\$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolso	Aumento de demanda final <sup>1</sup>	Emprego		Total
			Direto	Indireto	
1S16	40.125	32.559	370	282	653
1S17	33.487	26.813	317	234	551

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

<sup>1</sup> Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

No 1º semestre de 2017, os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R\$ 33,5 bilhões e representaram cerca de R\$ 26,8 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 551 mil. A queda de 16% desse indicador em relação ao resultado do 1º semestre de 2016 (653 mil) reflete a queda no volume desembolsado pelo BNDES no mesmo período de comparação (17% em termos nominais).

Em relação à composição por tipo de emprego, a primeira metade de 2017 apresentou resultados similares ao mesmo período de 2016, com 58% compostos por empregos diretos e 42% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia subiu ligeiramente, de 20 em 2016 para 20,5 em 2017, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas.

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: (i) construção civil; (ii) comércio; (iii) agricultura, silvicultura e exploração florestal; (iv) pecuária e pesca; (v) serviços prestados às empresas; (vi) máquinas e equipamentos; e (vii) transporte, armazenagem e correio. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, no 1º semestre de 2017, a cerca de 75% do total estimado para os recursos do BNDES.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### O 1º SEMESTRE DE 2017

O Sistema BNDES registrou lucro líquido de R\$ 1,345 bilhão no 1S17, uma recuperação diante do prejuízo líquido de R\$ 2,174 bilhões registrado no 1S16.

A melhora do resultado líquido no 1S17 decorreu, principalmente, da recuperação do resultado de participações societárias, que passou de um prejuízo de R\$ 4,907 bilhões no 1S16 para um lucro de R\$ 1,421 bilhão no 1S17, impulsionado, principalmente, pela menor despesa com perdas em investimentos e do resultado com derivativos de renda variável, dividendos e equivalência patrimonial.

O ativo total alcançou R\$ 883,640 bilhões em 30/06/17, um crescimento de R\$ 7,503 bilhões (0,9%) no semestre, provocado principalmente, pelo aumento das disponibilidades oriundas das captações de recursos realizadas no período, especialmente do FAT e da emissão de *green bonds*, atenuado parcialmente pelo crescimento de R\$ 4,164 bilhões da provisão para risco de crédito e pela redução de participações societárias no montante de R\$ 8,177 bilhões.

O lucro líquido do 1S17 associado à redução do ativo total entre os semestres contribuiu para o aumento do ROA no 1S17.

No 1S17, o Tesouro Nacional e o FAT permanecem como as principais fontes de recursos do Sistema BNDES, respondendo por 51,2% e 27,3% do passivo total, respectivamente. No semestre não houve novas captações de recursos do Tesouro, entretanto foram captados R\$ 3,777 bilhões do FAT, e no mercado externo, foram captados R\$ 3,185 bilhões por meio da primeira emissão de *green bonds* do BNDES.

A queda de R\$ 5,006 bilhões (9,1%) do patrimônio líquido no semestre decorreu do ajuste de avaliação patrimonial negativo, líquido de tributos, no montante de R\$ 4,266 bilhões, e do pagamento de dividendos complementares sobre o lucro de 2016, no valor de R\$ 2,125 bilhões, parcialmente atenuados pelo lucro líquido de R\$ 1,345 bilhão no período.

O lucro líquido do 1S17 respondeu pela melhora do ROE na comparação com o mesmo semestre de 2016.

**Principais Indicadores Econômico-Financeiros**

Resultado (R\$ milhões)	1S/17	1S/16	Δ (%)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.345</b>	<b>(2.174)</b>	<b>(161,9)</b>
Produto da Intermediação Financeira	8.338	12.235	(31,9)
Provisão para Risco de Crédito	(4.769)	(4.438)	7,5
Participações Societárias	1.421	(4.907)	(129,0)
Despesas Tributárias	(2.266)	(3.721)	(39,1)
Outras Despesas, líquidas	(1.379)	(1.343)	2,7

Posição Financeira (R\$ milhões)	jun/17	dez/16	Δ (%)	jun/17	jun/16	Δ (%)
<b>Ativo Total</b>	<b>883.640</b>	<b>876.137</b>	<b>0,9</b>	<b>883.640</b>	<b>935.223</b>	<b>(5,5)</b>
Carteira de Crédito e Repasses, líquida	583.082	610.917	(4,6)	583.082	646.924	(9,9)
Títulos e Valores Mobiliários <sup>1</sup>	103.435	93.367	10,8	103.435	109.394	(5,4)
Participações Societárias <sup>2</sup>	70.070	78.247	(10,4)	70.070	58.655	19,5
Sociedades Não Coligadas	55.304	64.336	(14,0)	55.304	44.384	24,6
Sociedades Coligadas	13.166	12.465	5,6	13.166	12.776	3,1
Fundos de Investimentos em Participações	1.600	1.446	10,7	1.600	1.495	7,0
Créditos perante o Tesouro Nacional	4.713	5.560	(15,2)	4.713	6.177	(23,7)
Caixas e equivalentes de caixa	86.669	54.771	58,2	86.669	82.116	5,5
Outros Ativos	35.670	33.274	7,2	35.670	31.957	11,6
<b>Recursos de Terceiros</b>	<b>833.470</b>	<b>820.961</b>	<b>1,5</b>	<b>833.470</b>	<b>898.347</b>	<b>(7,2)</b>
Tesouro Nacional <sup>3</sup>	452.672	439.763	2,9	452.672	524.872	(13,8)
FAT/PIS-Pasep	276.792	267.701	3,4	276.792	260.475	6,3
Outros Fontes Governamentais	30.219	30.532	(1,0)	30.219	28.827	4,8
Captações Externas	41.994	39.612	6,0	41.994	45.637	(8,0)
Debêntures BNDESPAR	1.823	2.675	(31,8)	1.823	3.324	(45,2)
Outras Obrigações	29.970	40.678	(26,3)	29.970	35.212	(14,9)
<b>Patrimônio Líquido (PL)</b>	<b>50.170</b>	<b>55.176</b>	<b>(9,1)</b>	<b>50.170</b>	<b>36.876</b>	<b>36,1</b>
PL/AT	5,68%	6,30%	(9,8)	5,68%	3,94%	44,0

Limites Prudenciais (%)	jun/17	dez/16	jun/17	jun/16
Índice de Basileia	22,7%	21,7%	22,7%	16,1%
Índice de Capital Principal	15,2%	14,5%	15,2%	10,7%
Índice de Capital Nível 1	15,2%	14,5%	15,2%	10,7%

Índices de Crédito (%)	jun/17	dez/16	jun/17	jun/16
Índice de Inadimplência (30 dias)	2,45%	2,81%	2,45%	1,38%
Índice de Inadimplência (90 dias)	2,15%	2,43%	2,15%	0,19%
Provisão / Carteira Total	2,85%	2,08%	2,85%	1,35%
Índice de Cobertura (30 dias) <sup>4</sup>	0,44	0,30	0,44	0,15
Índice de Cobertura (90 dias) <sup>4</sup>	0,50	0,34	0,50	1,12
Índice de Renegociação <sup>5</sup>	5,78%	6,34%	5,78%	4,00%

Rentabilidade (%) <sup>6</sup>	1S/17	1S/16
ROA (Retorno sobre ativos)	0,31%	-0,46%
ROE (Retorno sobre patrimônio líquido)	5,94%	-10,87%

<sup>1</sup> Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".  
<sup>2</sup> Inclui investimentos em sociedades não coligadas e coligadas, e fundos de investimento em participações.  
<sup>3</sup> Inclui repasses e instrumentos elegíveis a capital principal.  
<sup>4</sup> Provisão / créditos inadimplentes.  
<sup>5</sup> Créditos renegociados nos últimos 12 meses / carteira total.  
<sup>6</sup> Excluídos os ajustes a valor justos dos ativos (líquido de efeitos tributários no caso do ROE)

**Posição Financeira**

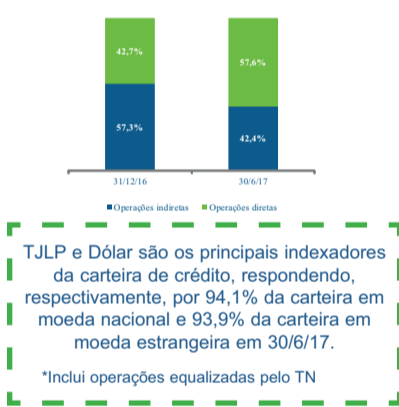
**Operações de Crédito e Repasses**

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, designadas operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, designadas operações de repasses.

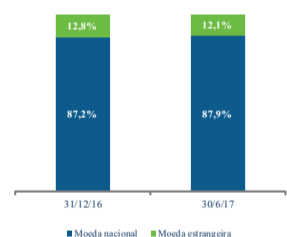
A carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito de R\$ 17,113 bilhões, totalizou R\$ 583,082 bilhões em 30/06/17, o equivalente a 66,0% do ativo total na mesma data.

A redução de R\$ 27,835 bilhões (4,6%) da carteira líquida no 1S17 foi influenciada principalmente pelo aumento da provisão para risco de crédito no montante de R\$ 4,164 bilhões e pelo fato de as liquidações das operações terem superado os desembolsos realizados no período em função da redução da demanda de crédito no período.

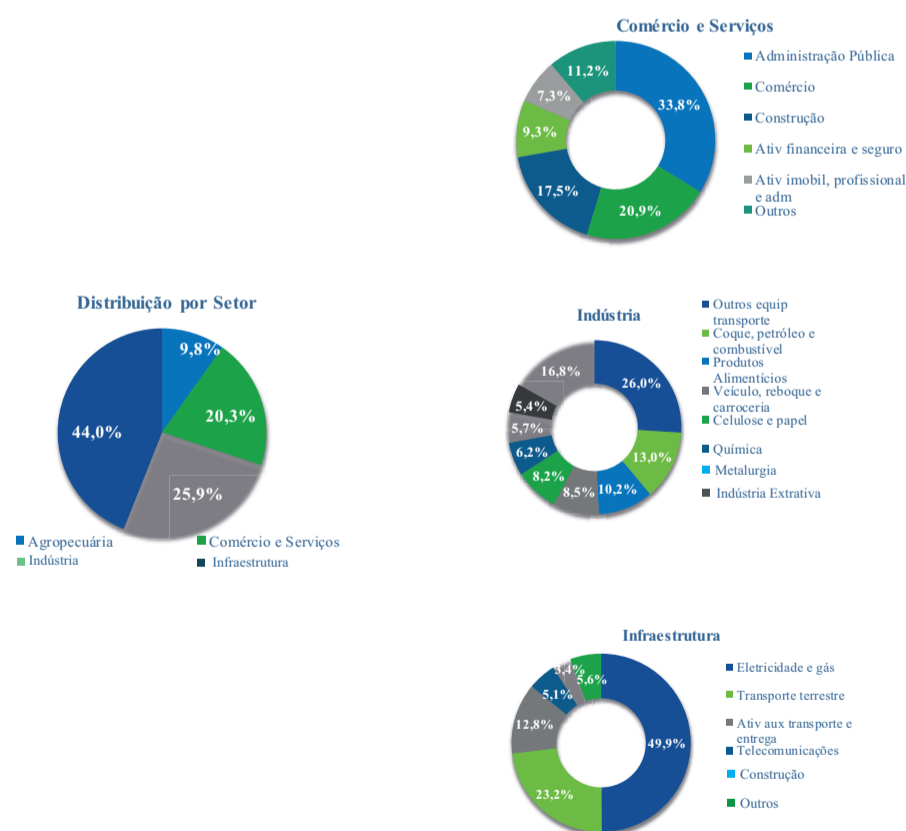
**Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses**



Sobre as operações de repasses não é cobrado spread de risco, mas sim uma taxa de intermediação financeira de 0,4%. Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.



**Carteira Bruta de Crédito e Repasses por Setor**



**Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses**

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar a gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível.

A provisão para risco de crédito atingiu R\$ 17,113 bilhões em 30/06/17, um crescimento de R\$ 4,164 bilhões no semestre decorrente da deterioração do crédito e da constituição de provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R\$ 1,408 bilhão, visando à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico.

O índice de cobertura, "colchão" que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes (30 dias) passou de 0,74 em 31/12/16 para 1,17 em 30/06/17.

**Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses**

Níveis de Risco	Sistema BNDES		Instituições Financeiras Privadas <sup>2,3</sup>		Instituições Financeiras Públicas <sup>2,3</sup>	
	SFN	1 <sup>2,3</sup>	SFN	1 <sup>2,3</sup>	SFN	1 <sup>2,3</sup>
AA - C	96,2%	89,6%	88,3%	90,6%		
D - G	2,8%	7,1%	7,4%	6,9%		
H	1,0%	3,3%	4,3%	2,5%		
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>		

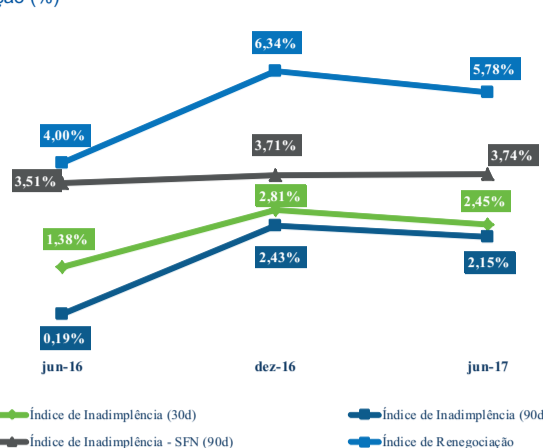
<sup>1</sup> Sistema Financeiro Nacional

<sup>2</sup> Fonte: BACEN

<sup>3</sup> Em 31 de março de 2017. Última informação disponível.

Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 96,2% da carteira total em 30/06/17. Essa posição, superior à média de 89,6% do SFN em 31/03/17, manteve-se estável em relação à posição do Banco em 31/03/17 (96,2%) e demonstrou pequena deterioração em relação à 31/12/16 (96,4%) que, associada ao crescimento da inadimplência, se reflete no aumento da provisão para risco de crédito.

**Inadimplência e Renegociação (%)**



O índice de inadimplência do BNDES mantém-se acima da média do SFN, refletindo a gestão e a qualidade da carteira de crédito e repasses, a consistência das políticas operacionais e, sobretudo, o papel do BNDES como banco de desenvolvimento: a concessão de financiamento com taxas de juros e prazos compatíveis aos projetos de longa maturação. Nos períodos apresentados, todos os índices de inadimplência do BNDES se encontram abaixo do índice de inadimplência do SFN.

Desconsideradas as operações cujas prestações são integralmente honradas pela União, o índice de inadimplência do BNDES passaria para 1,28% (30 dias) e 0,99% (90 dias).

O índice de renegociação considera como créditos renegociados todos os créditos que tiveram modificações em seus fluxos de caixa, independente das motivações, no período dos doze meses anteriores à data-base.

**Títulos e Valores Mobiliários**

Compreende, basicamente, debêntures e títulos públicos federais, que representavam 9,6% e 54,0%, respectivamente, da carteira em 30/06/17.

A carteira de debêntures, uma das formas de apoio financeiro do BNDES, alcançou R\$ 15,421 bilhões em 30/06/17, composta por investimentos de R\$ 7,710 bilhões em debêntures simples e R\$ 7,711 bilhões em debêntures conversíveis/permutáveis.

Conforme mencionado anteriormente, o aumento de R\$ 10,068 bilhões no saldo de títulos e valores mobiliários no 1S17 foi influenciado principalmente pelo fato de as liquidações das operações da carteira de crédito terem sido superiores aos desembolsos no semestre em R\$ 45,191 bilhões, que também contribuiu para o aumento das disponibilidades em R\$ 31,898 bilhões, conforme mencionado adiante.

**Participações Societárias**

Compreendem, basicamente, ações aportadas como capital no BNDES pela União, participações societárias de caráter minoritário e transitório que apoiam a capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais, bem como fortalecem e modernizam o mercado de capitais brasileiro, além de fundos mútuos de investimentos em participações.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 70,070 bilhões em 30/06/17, uma queda de 10,4% no semestre provocada pela desvalorização, da ordem de R\$ 6,863 bilhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas, puxada, principalmente, pelas ações da Petrobras e da Eletrobras.

Os investimentos realizados pela BNDESPAR em sociedades nas quais pode influenciar as decisões financeiras e/ou operacionais da investida são classificados como participações societárias em coligadas. O crescimento de R\$ 701 milhões (5,6%) do saldo de participações em coligadas no semestre decorreu basicamente da reclassificação das ações da Marfrig de participações em não coligadas para participações em coligadas, devido à caracterização do poder de influência da BNDESPAR sobre a empresa após a conversão das debêntures em ações da companhia pela BNDESPAR em janeiro de 2017. O reconhecimento de perdas com participações em coligadas, de R\$ 356 milhões no semestre, reduziu o impacto da conversão das debêntures da Marfrig no saldo dessas participações.

Considerando os eventos recentes relacionados à investida JBS e seus controladores, que provocaram uma reação negativa do mercado e acarretaram uma grande volatilidade no valor das ações da empresa no período, a Administração considerou que a realização de cálculos estimados para fins de apuração do valor de uso do investimento estaria demasiadamente sujeita às incertezas do momento. Com isso, decidiu adiar o teste do valor recuperável (teste de *impairment*) do investimento para o segundo semestre de 2017.

Do total da carteira em 30/06/17, 78,9% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 18,8% em sociedades coligadas, e os 2,3% restantes investimentos em fundos mútuos de investimentos em participações.

**Caixas e Equivalentes de Caixa**

Representam a aplicação das disponibilidades do Sistema BNDES, a fim de preservar o valor dos recursos não desembolsados.

O aumento de 58,2% no semestre se deve ao crescimento dos recursos disponíveis como consequência das liquidações das operações de crédito em montante superior aos desembolsos realizados no período em R\$ 45,191 bilhões e das captações de recursos realizadas no período, parcialmente atenuado pelo pagamento de dividendos complementares ao lucro de 2016, no valor de R\$ 2,125 bilhões.

**Créditos perante o Tesouro Nacional (TN)**

Referem-se basicamente a valores a receber do TN decorrentes da equalização da remuneração de programas incentivados pelo governo federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que foi encerrado em 31/12/15.

A redução de R\$ 847 milhões (15,2%) no semestre reflete o pagamento realizado pelo TN no montante de R\$ 5,034 bilhões em janeiro de 2017, atenuada pelo reconhecimento de créditos a receber de R\$ 4,187 bilhões. Os pagamentos de equalização pelo TN ocorrem semestralmente, em julho e janeiro de cada ano.

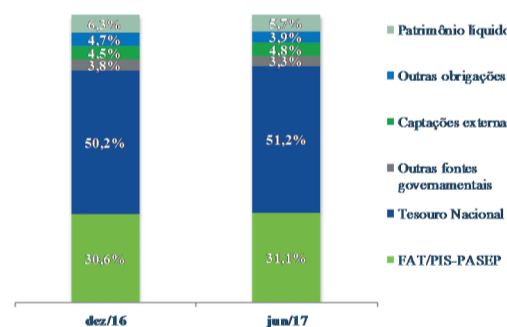
Do saldo remanescente, 71,1% se referem a operações do PSI e, em sua maior parte, referem-se a créditos do 1º semestre de 2017.

**Outros Ativos**

Compreendem, em 30/06/17, principalmente, créditos tributários/tributos a recuperar (R\$ 21,750 bilhões) e direitos a receber Eletrobras/Itaipu (R\$ 8,962 bilhões). O aumento no semestre reflete basicamente o aumento de R\$ 2,276 bilhões nos tributos a recuperar/créditos tributários, em virtude da constituição de impostos diferidos ativos sobre ajuste avaliação patrimonial negativo de investimentos em não coligadas.

**Fontes de Recursos**

Na composição de suas fontes de recursos, o BNDES conta com 5,7% de recursos próprios e 94,3% de recursos de terceiros, com destaque para as fontes governamentais, que representavam 85,6% do passivo total em 30/06/17.



**Tesouro Nacional (Repasses e Instrumentos Elegíveis a Capital Principal)**

Desde 2010, com o crescimento dos repasses de recursos, o Tesouro Nacional se tornou a principal fonte de recursos do BNDES, responsável por 51,2% do passivo total em 30/06/17.

Do passivo total com o TN em 30/06/17, R\$ 35,539 bilhões (7,9%) correspondem a instrumentos elegíveis a capital principal, que compõe o Patrimônio de Referência e cuja remuneração está atrelada a fatores como a existência de lucro contábil e o montante de dividendos pago ao acionista, e R\$ 417,133 bilhões (92,1%) correspondem a operações de repasses, sendo 98,6% delas operações atreladas à TJLP.

Não houve captações de recursos do TN no 1S17, sendo o acréscimo do saldo no semestre decorrente principalmente da apropriação de juros e correção monetária no período.

**Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep**

O saldo de recursos do FAT totalizou R\$ 240,834 bilhões em 30/06/17. Desse total, R\$ 228,599 bilhões constituíam saldo do FAT Constitucional e R\$ 12,235 bilhões, saldo do FAT Depósitos Especiais.

No semestre, ingressaram R\$ 3,777 bilhões de novos recursos do FAT, volume 65,5% inferior ao do 1º semestre de 2016, dos quais R\$ 3,622 bilhões se referem ao FAT Constitucional e R\$ 155 milhões ao FAT Depósitos Especiais.

Em 30/06/17, o passivo com o Fundo PIS-Pasep totalizava R\$ 35,958 bilhões destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social. Desde a criação do FAT em 1988, o Fundo PIS-Pasep não recebe novos aportes de recursos.

**Outras Fontes Governamentais**

Compreendem recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e de outros fundos financeiros e de desenvolvimento. O FMM representava 66,2% do saldo em 30/06/17.

**Captações Externas**

Representadas por repasses de instituições multilaterais, empréstimos e emissão de *bonds*.

O aumento de R\$ 2,382 bilhões (6,0%) no semestre refletiu, especialmente, a captação de US\$ 1,0 bilhão (R\$ 3,185 bilhões) por meio da emissão no mercado internacional de *green bonds*, em maio de 2017, a primeira emissão de um banco nesse mercado, e a captação com instituições multilaterais como *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), de R\$ 327 milhões, e *Agence Française de Développement* (AFD), de R\$ 42 milhões.

**Emissão de Green Bonds**

Os *green bonds* tem características similares aos *bonds* convencionais, porém os recursos captados devem ser destinados a financiar projetos ambientalmente sustentáveis, atestados por uma empresa verificadora, especializada na área ambiental. No caso do BNDES, os recursos captados serão investidos em projetos de geração eólica ou solar, novos ou já existentes na carteira do Banco.

A operação resultou em uma taxa de retorno ao investidor de 4,80% a.a., o que representa prêmio de 269,3 pontos-base sobre as taxas dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos e cerca de 60 pontos-base sobre os títulos externos da República Federativa do Brasil.

**Debêntures BNDESPAR**

Referem-se a ofertas públicas de debêntures simples, da espécie quirográfrica, realizadas no âmbito de três Programas e seis emissões.

A redução de R\$ 852 milhões (31,9%) no semestre decorreu da liquidação integral, no vencimento, de debêntures simples (série indexada ao IPCA) da Primeira Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2010), no valor de R\$ 835 milhões.

**Outras Obrigações**

Do total das outras obrigações em 30/06/17, 48,9% se referem a captações de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e a obrigações tributárias (tributos sobre o lucro e tributos diferidos).

A redução de R\$ 8,721 bilhões (21,4%) no semestre decorreu, principalmente, do decréscimo de R\$ 3,058 bilhões nos tributos sobre o lucro em função da redução da base tributável de IR e CSLL no 2T17, em comparação com o 4T16, do pagamento dos tributos referentes ao exercício de 2016, da liquidação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) no montante de R\$ 1,868 bilhões, e do pagamento dos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2016 no total de R\$ 1,518 bilhão.

**Patrimônio Líquido**

A redução de R\$ 5,006 bilhões (9,1%) do patrimônio líquido no semestre refletiu os efeitos do ajuste de avaliação patrimonial negativo, líquido de tributos, das carteiras de participações em sociedades não coligadas e de títulos e valores mobiliários, que alcançou R\$ 4,226 bilhões no 1S17, e do pagamento de dividendos complementares, no valor de R\$ 2,125 bilhões, relativos ao lucro líquido de 2016, parcialmente atenuados pelo lucro líquido de R\$ 1,345 bilhão no semestre.

### Fluxo de Recursos

Pelas características de longo prazo das principais fontes de recursos do BNDES, expressivamente superior ao giro médio dos ativos da carteira de crédito, o retorno das operações de crédito (recebimento de serviços de crédito, sem distinção das fontes de recursos originais) representou o principal fluxo de entrada de recursos para o atendimento ao orçamento de desembolsos e de investimentos no 1º semestre de 2017 a exemplo do observado no mesmo semestre de 2016.

### Resultado

#### Resultado da Intermediação Financeira

É o produto da intermediação financeira líquido dos efeitos da provisão para risco de crédito.

Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira alcançou R\$ 8,338 bilhões no 1S17, uma queda de R\$ 3,897 bilhões (31,9%) em relação ao 1S16, em consequência, da redução da rentabilidade média da carteira de títulos e valores mobiliários e de operações de crédito, além do efeito da queda do volume da carteira média de operações de crédito, em decorrência da redução da demanda por desembolsos.

#### Provisão para Risco de Crédito

A despesa com provisão para risco de crédito não apresentou variações relevantes entre os semestres, apesar da constituição, no 1S17, de provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R\$ 1,408 bilhão, visando à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual. Não houve reconhecimento de provisão dessa natureza no 1S16, pois tal prática só passou a ser adotada a partir do 3T16.

Os créditos recuperados atingiram R\$ 218 milhões no 1S17, permanecendo no mesmo patamar do 1S16 (R\$ 221 milhões).

#### Resultado com Participações Societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

A melhora do resultado com participações societárias entre os semestres ocorreu no resultado como um todo, porém, especialmente, na despesa com perdas em investimento, com redução de R\$ 4,773 bilhões (92,7%) quando comparado ao 1S16, e no resultado com derivativos, que passou de um prejuízo de R\$ 641 milhões no 1S16 para um prejuízo de R\$ 32 milhões no 1S17.

O reconhecimento das perdas com *impairment* é realizado com base em modelo de avaliação econômico-financeira e motivado pelo fato das respectivas ações terem atingido parâmetros indicativos de perdas permanentes previstos na Política de Participações Societárias. Dos R\$ 377 milhões registrados como perdas no 1S17, R\$ 356 milhões se referem a perdas na carteira de coligadas e R\$ 21 milhões, a perdas na carteira de não coligadas. Vide Notas Explicativas 7.1.1 e 7.2.3.

A recuperação do resultado com derivativos no 1S17 foi decorrente do resultado com derivativos embutidos em debêntures no período. A desvalorização do ativo-objeto das debêntures da Klabin e da Marfrig contribuiu para o prejuízo de R\$ 579 milhões com derivativos embutidos em debêntures no 1S16 (prejuízo de R\$ 34 milhões no 1S17).

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) alcançou R\$ 577 milhões no 1S17, um crescimento de 125,4% diante do 1S16. O principal investimento que contribuiu para a receita com dividendos e JCP no 1S17 foi a Vale (R\$ 247 milhões), respondendo por 42,8% da receita total. No 1S16, a AES Tietê (R\$ 157 milhões) contribuiu com 61,3% da receita total.

A melhora do resultado com equivalência patrimonial, que passou de um prejuízo de R\$ 198 milhões no 1S16 para um lucro de R\$ 70 milhões no 1S17, refletiu os resultados positivos dos investimentos na Companhia Paranaense de Energia (COPEL), de R\$ 101 milhões, e na AES BEH II (Brasileira Participações), de R\$ 82 milhões. No 1S16 destacaram-se a JBS (R\$ 862 milhões negativo) e Fibria (R\$ 559 milhões).

O resultado com alienações apresentou crescimento de 17,8% entre os semestres. As principais alienações no 1S17 foram Petrobras e Rumo Logística, que geraram resultado de R\$ 616 milhões (84,5% do resultado total). No 1S16, as principais alienações foram Klabin e Braskem, com resultado de R\$ 612 milhões (98,9% do resultado total).

#### Despesas Tributárias

Representam, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social, inclusive tributos sobre o resultado ajustado antes dos impostos.

A queda de 31,9% do produto de intermediação financeira basicamente respondeu pela queda de 39,1% das despesas tributárias entre os semestres.

#### Outras Despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e civis, entre outras.

Não houve variação relevante nas outras despesas, líquidas entre os semestres.

#### Informação por Segmento

Os ativos e resultado por segmento de negócios do BNDES foram definidos em função de suas atividades de: (i) financiamento (renda fixa); (ii) mercado de capitais (renda variável); e (iii) tesouraria.

#### Composição dos Segmentos

- **“Renda Fixa”**: inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, às carteiras de operações de crédito e repasses e de debêntures.
- **“Renda Variável”**: inclui ativos, receitas e custos de captação atrelados à carteira de renda variável, que inclui participações societárias e fundos mútuos de investimentos e participações.
- **“Tesouraria”**: inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, à gestão das disponibilidades.

O BNDES avalia o desempenho de seus segmentos com base no resultado alocado. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

As despesas tributárias são monitoradas de forma centralizada, sem alocação aos segmentos. As diferentes carteiras estão sujeitas a distintas cargas tributárias, sendo a carteira de renda variável sujeita à menor carga relativa.

#### Resultado e Ativos por Segmento

Segmento	1S16		Resultado		1S17		Resultado	
	Ativos R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	Ativos R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Renda Fixa	677.688	74,1%	5.955	184,7%	704.825	77,4%	2.732	52,4%
Renda Variável	60.124	6,6%	(6.004)	-186,2%	56.343	6,2%	563	10,8%
Tesouraria	177.172	19,3%	3.274	101,5%	149.902	16,4%	1.915	36,8%
<b>Alocado</b>	<b>914.984</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.225</b>	<b>100,0%</b>	<b>911.070</b>	<b>100,1%</b>	<b>5.210</b>	<b>100,0%</b>
Não alocado	20.239		(5.399)		21.823		(3.865)	
<b>Total</b>	<b>935.223</b>		<b>(2.174)</b>		<b>932.893</b>		<b>1.345</b>	

O resultado de tesouraria no 1S16 decorreu do crescimento extraordinário e não permanente dos ativos médios do segmento em função do recebimento de equalizações atrasadas e da redução da demanda por desembolsos. No 1S17, observa-se uma redução do resultado de tesouraria tanto em função da queda da carteira quanto da rentabilidade destes ativos, uma vez que a redução da taxa média de mercado que remunera os ativos (receita) foi maior que a queda da TJLP (custo) no período.

A redução do resultado de renda fixa no 1S17 decorreu da queda no produto de intermediação financeira entre os semestres.

A recuperação do segmento de renda variável decorreu, principalmente, da menor despesa com provisão para perdas em investimentos e da recuperação do resultado com derivativos de renda variável, dividendos e equivalência patrimonial no 1S17.

#### Geração e Distribuição de Valor

Importante indicador de avaliação do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da instituição na geração de riqueza para economia na qual está inserida e de sua efetiva distribuição entre empregados, governo, agentes financiadores e acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES no 1S17 foi de R\$ 4,531 bilhões, 90,1% superior aos R\$ 2,384 bilhões registrados no mesmo semestre de 2016 devido tanto ao aumento do valor adicionado produzido pela entidade quanto do valor adicionado recebido em transferência.

## REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA (TESOURO NACIONAL)

No 1S16 não foram pagos dividendos ou juros sobre capital próprio de qualquer natureza ao Tesouro Nacional.

Com o pagamento de R\$ 2,125 bilhões a título de dividendos complementares sobre o lucro líquido de 2016, realizado no 1S17, os dividendos pagos ao TN relativos ao lucro líquido de 2016 alcançaram R\$ 3,643 bilhões, atingindo o limite de 60% no pagamento de dividendos ao TN, conforme previsto na Política de Dividendos do BNDES.

De acordo com a nova Política de Dividendos do BNDES, o pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional é limitado a 60% do lucro líquido ajustado, limite esse que já contempla o pagamento de dividendo mínimo de 25% previsto pela Lei Societária e, por consequência, limita também o pagamento de dividendos complementares a 35% do lucro. A política determina ainda que o pagamento de dividendos complementares está condicionado a projeções internas que atestem que não comprometerá o cumprimento dos limites prudenciais aos quais o Banco está sujeito, trazendo, assim, maior segurança ao seu funcionamento.

## GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No âmbito das atividades de apoio ao aprimoramento do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES no 1º semestre de 2017, destacaram-se:

#### COMPLIANCE

- diagnóstico de práticas de conformidade, que irão integrar o Programa de Conformidade;
- aprovação da norma de apuração interna;
- implementação de *checklist* de *compliance* prévio à aprovação de operações de apoio financeiro;
- aprimoramento do programa agentes de conformidade; e
- implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de *compliance*, com destaque para a produção e divulgação do Guia de Conduta e Integridade.

#### PROCESSOS

- mapeamento dos macroprocessos da cadeia de valor a fim de identificar, de forma inequívoca para cada processo, responsabilidades e inter-relação entre processos, bem como normas, unidades organizacionais, sistemas de apoio, riscos e controles associados. Com previsão de conclusão em dezembro de 2017, o escopo contempla 24 macroprocessos, sendo 13 concluídos, sete em andamento e quatro a iniciar; e
- avaliação dos principais problemas e oportunidades de melhoria do processo de Concessão de Apoio Financeiro (FINEM), e proposição de um novo desenho de processo com foco em redução de prazos, eficiência de controles e na geração de resultados para clientes e sociedade.

#### SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- elaboração da nova versão da Política Corporativa de Segurança da Informação;
- análise de riscos de segurança da informação em processos de negócio com foco em fraude eletrônica e aprimoramento da metodologia da análise;
- tratamento de incidentes de segurança da informação;
- implantação de um sistema piloto para monitoração de eventos de Segurança da Informação;
- desenvolvimento do sistema para apoiar a revisão de acessos por gestores de equipe; e
- desenho e publicação dos processos do Sistema de Gestão de Segurança da Informação.

#### RISCO OPERACIONAL E CONTROLES INTERNOS

- Ciclo 2017 de identificação e avaliação dos principais riscos operacionais e controles internos, envolvendo todo o Banco;
- início da aplicação de identificação e avaliação de riscos de fraude em processos específicos;
- desenvolvimento de ações para aperfeiçoamento dos critérios da Análise de Impacto nos Negócios, que determina a priorização de processos no âmbito do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios;
- implementação de abordagem para avaliar a aderência do Sistema de Controle Interno aos requisitos do COSO 2013;
- divulgação dos processos judiciais para avaliação de possíveis medidas de mitigação por parte das unidades com atividades relacionadas a tais processos;
- aplicação experimental do *framework* de apetite ao risco operacional;
- criação e encaminhação dos Informes de Perdas Semestrais por Área; e
- desenvolvimento de metodologia para a identificação, avaliação e tratamento do risco reputacional.

#### RISCOS DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

- aprimoramentos no modelo de risco de longo prazo;
- implantação do Teste de Estresse *Bottom-Up* (TEBU);
- revisão das métricas utilizadas na apuração de risco de liquidez;
- apuração do risco de mercado de operações intradiárias;
- elaboração da segunda edição do Manual de Mapeamento em Fatores de Risco de Instrumentos Financeiros;
- desenvolvimento de metodologia para cálculo do giro financeiro das carteiras;
- implantação de limites de giro financeiro para as carteiras *trading* e *banking*;
- implantação de nova metodologia de apreçamento de debêntures conversíveis;
- criação de rotinas de validação interna para fins de verificação do cálculo de apreçamento dos instrumentos financeiros; e
- revisão da metodologia de construção das curvas de spread de risco de crédito utilizadas no apreçamento dos instrumentos financeiros.

### RISCO DE CRÉDITO

- desenvolvimento de metodologia para estimação de provisionamento de acordo com cenários macroeconômicos, para uso no Teste de Estresse *Bottom-Up* do BACEN;
- aprimoramento das metodologias e inclusão de autoavaliação de capital econômico no relatório ICAAP;
- aprimoramento contínuo da série histórica usada para as estimativas dos parâmetros de risco estatísticos;
- consolidação de metodologias de estimação de parâmetros de risco, como matrizes de transição de *ratings* e de correlações de ativos;
- estabelecimento de metodologia para acompanhamento das maiores exposições da carteira, visando antecipar possíveis problemas de risco de concentração;
- aprimoramentos realizados na geração de informações para o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BACEN; e
- implementação de limites por Unidade Operacional definidos no âmbito da estrutura de apetite a risco da Instituição, sob a ótica do capital regulatório.

### GESTÃO DE RISCOS EM NÚMEROS

Em 30/06/17, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia ficou em 22,75%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I, em 15,17%, acima dos valores mínimos exigidos pelo regulador.

Recursos próprios e Basileia	2013	2014	Basileia III 2015	2016	jun/17
<b>Patrimônio de Referência - PR</b>	<b>108.669</b>	<b>97.851</b>	<b>94.997</b>	<b>135.620</b>	<b>126.594</b>
= Capital Nível I (NI)	72.446	65.234	63.331	90.413	84.396
(+) Capital Principal (CP)	60.418	65.234	63.331	90.413	84.396
(+) Capital Complementar (CC)	12.028	-	-	-	-
(+) Capital Nível II	36.223	32.617	31.666	45.207	42.198
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)*</b>	<b>580.237</b>	<b>615.706</b>	<b>644.332</b>	<b>624.850</b>	<b>556.487</b>
= Risco de Crédito (RWA <sub>CRÉD</sub> )	545.944	575.861	601.621	534.199	504.029
(+) Risco de Mercado (RWA <sub>OPAD</sub> )	23.257	28.055	16.981	58.312	17.041
(+) Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	11.036	11.790	25.730	32.339	35.417
Risco de Juros da Carteira Bancária (R <sub>int</sub> )	2.278	2.383	3.568	3.450	4.166
<b>Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)</b>	<b>18,73%</b>	<b>15,89%</b>	<b>14,74%</b>	<b>21,70%</b>	<b>22,75%</b>
<b>Índice de Capital Principal (CP/RWA)</b>	<b>10,41%</b>	<b>10,59%</b>	<b>9,83%</b>	<b>14,47%</b>	<b>15,17%</b>
<b>Índice de Capital Nível I (NI/RWA)</b>	<b>12,49%</b>	<b>10,59%</b>	<b>9,83%</b>	<b>14,47%</b>	<b>15,17%</b>

O aumento do Índice de Basileia é explicado pela queda dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) de R\$ 68,363 bilhões (10,9%), quando comparado a dezembro de 2016.

Informações adicionais são divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível na página de Relações com Investidores do BNDES.

## GESTÃO DA ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP).

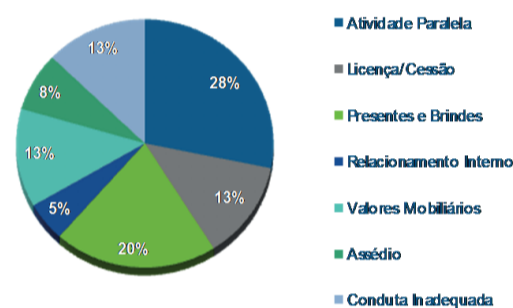
O Código de Ética e o Regimento Interno do Sistema BNDES, além de outros normativos internos e externos, orientam a gestão da ética através de ações de natureza educativa e preventiva, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Dentre as atividades conduzidas pela Comissão de Ética no 1º semestre de 2017, destacamos o início dos trabalhos na coordenação do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, cujo mandato 2017-2019 foi assumido conjuntamente pelo BNDES e pela BR Distribuidora. Entre as iniciativas discutidas, estão: elaboração de uma publicação conjunta do referido Fórum com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP) abordando os principais temas de gestão da ética pública, estruturação de cursos e treinamentos para membros do Fórum, disseminação da prática de resoluções interpretativas e maior interlocução com CEP para disseminação de orientações às estatais.

Merece destaque, ainda, a colaboração da Comissão de Ética do Sistema BNDES para a elaboração de Guia de Conduta e Integridade do BNDES a ser lançado pela unidade de *compliance* no 2º semestre de 2017, consolidando as principais regras e diretrizes a serem consideradas para uma tomada de decisão alinhada com os preceitos éticos que regem o BNDES.

Cabe informar, por fim, que, no 1º semestre de 2017, a CET/BNDES procedeu à abertura de 39 Procedimentos Preliminares, sendo 32 consultas ou pedidos de autorização para o exercício de atividades paralelas, seis denúncias ou representações, incluindo análises “de ofício”, e três atendimentos. As consultas foram respondidas, com exceção de uma, que está em andamento, e as denúncias ou foram apreciadas ou estão em fase final de apreciação preliminar.

#### Perfil dos Procedimentos Preliminares

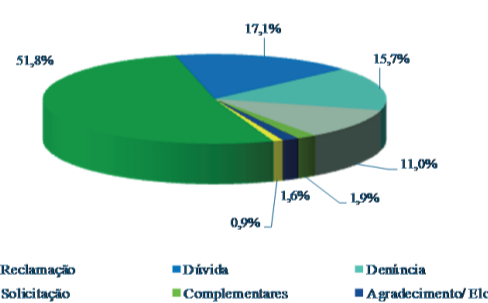


## OUIDORIA

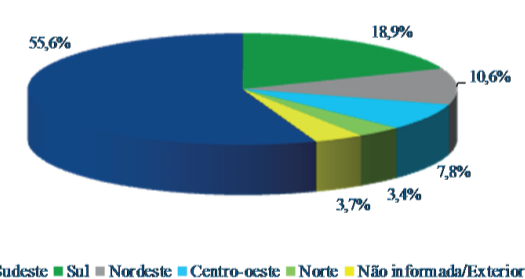
A Ouvidoria proporciona ao cidadão um canal de participação ativa junto à Administração do BNDES. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria analisa de forma quantitativa e qualitativa as demandas que recebe, provendo a mediação entre as partes e com vistas a sugerir medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação das empresas do Sistema BNDES.

No 1º semestre de 2017, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento, em cooperação com as diversas áreas do Banco, a 644 manifestações, com redução de 4,2% na demanda, comparada ao 2º semestre de 2016.

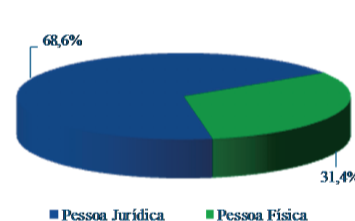
#### Tipo de Manifestação



#### Região



#### Personalidade Jurídica



## BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

#### Canais de Atendimento

##### Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões relacionadas às atividades operacionais do Sistema BNDES, através dos canais: telefônico (0800 702-6337), correspondência e e-mail (formulário eletrônico disponível em [www.bndes.gov.br/faleconosco](http://www.bndes.gov.br/faleconosco)).

No 1º semestre de 2017 foram realizados cerca de 169.600 atendimentos, sendo 86% por meio telefônico. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 96% dos respondentes consideraram o atendimento EXCELENTE ou BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

##### Atendimento Presencial

Canal de diálogo direto com clientes e público em geral, que presta orientação empresarial nos escritórios de Belém, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. No 1º semestre de 2017, foram realizados 479 atendimentos presenciais.

Desse total, 196 atendimentos foram realizados no escritório do Rio de Janeiro, com a maioria do público identificado como micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e pessoas físicas. Dentre as linhas de financiamento recomendadas, destacam-se o Cartão BNDES, o BNDES Progeren e o BNDES Microcrédito, além do BNDES Automático e do BNDES Finame. Em pesquisa de satisfação realizada no pós-atendimento, 98% dos respondentes consideraram o atendimento presencial um importante canal no esclarecimento de dúvidas. O serviço prestado pela equipe responsável pelo atendimento também foi bem avaliado na pesquisa, com um índice de satisfação acima de 99%.

Ainda no 1º semestre de 2017, o BNDES participou com estande próprio em oito feiras de negócios, prestando 3.606 atendimentos ao público visitante. Destaque para a Feira do Empreendedor realizada na cidade de São Paulo, que atraiu mais de 2.500 visitantes para as palestras realizadas pela equipe técnica do Banco.

##### Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos recebidos no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o SIC ([www.bndes.gov.br/sic](http://www.bndes.gov.br/sic)) oferece atendimento presencial, no escritório do Rio de Janeiro (Avenida República do Chile, 100, Centro), telefônico (0800-887-6000), por correspondência, via e-mail ([sic@bndes.gov.br](mailto:sic@bndes.gov.br)) ou através do Sistema e-SIC, da Controladoria Geral da União (CGU): [www.acesoainformacao.gov.br/sistema/](http://www.acesoainformacao.gov.br/sistema/).

No 1º semestre de 2017, o SIC do BNDES recebeu 389 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, apenas 3,1% foram reapresentados como recursos em 1ª instância.

##### Relações com Investidores

O BNDES disponibiliza ao público interessado o site <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/>, onde são divulgadas informações financeiras, gerenciais, de risco, *rating*, entre outras, do Sistema BNDES, e o e-mail [ri@bndes.gov.br](mailto:ri@bndes.gov.br) para encaminhamento de dúvidas/sugestões sobre esses temas.

Também disponibiliza um cadastro aos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. Ao final do 1º semestre de 2017, o cadastro contava com 1.161 inscritos.

##### Palestras Institucionais

O BNDES recebe a visita de delegações e de grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras sobre a economia brasileira e sobre atuação do BNDES, o que evidencia a relevância do Banco como um dos principais atores no desenvolvimento nacional.

No 1º semestre de 2017, foram realizadas 10 apresentações institucionais - em português e inglês - para um público de 159 visitantes.

### Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

Realização de eventos em parceria com postos de informações e também com outras instituições, cujo objetivo é a divulgação das formas de financiamento do BNDES oferecidas ao segmento de micro, pequenas e médias empresas. O projeto teve início em 2005 e, desde então, mais de 32 mil pessoas já assistiram às palestras realizadas em dezenas de cidades de todas as regiões do País. No 1º semestre de 2017, foram realizadas nove palestras, distribuídas em cinco Estados, atingindo um público de 1.151 presentes. Uma pesquisa voluntária de avaliação da palestra questionou a probabilidade de recomendação da palestra para outra pessoa e o resultado, numa escala de 0 a 10, alcançou a média de 8,84, com 65% das notas médias concentradas nas graduações 9 e 10, que pode ser considerado um público essencialmente promotor do evento e comprovado o êxito da iniciativa.

### Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

No dia 26 de junho de 2017, o site do BNDES passou a abrigar o Canal do Desenvolvedor MPME ([www.bndes.gov.br/canalmpme](http://www.bndes.gov.br/canalmpme)), plataforma online voltada a micro, pequenos e médios empresários, por meio da qual podem identificar as linhas de crédito mais adequadas ao seu empreendimento, simular financiamentos, apontar os agentes financeiros intermediários de sua preferência e encaminhar online manifestação de interesse de crédito. Já os agentes financeiros repassadores de recursos do BNDES têm acesso a uma área restrita no canal, onde podem fazer o controle e o acompanhamento das manifestações de interesse recebidas.

A nova plataforma representa um marco estratégico na atuação do BNDES junto ao segmento, uma vez que cria uma nova forma de interação entre o Banco, os agentes financeiros e os clientes finais, proporcionando maior rapidez, simplicidade e transparência ao processo de concessão de crédito. O BNDES passa a conhecer e a monitorar as necessidades e as demandas dos empresários, assim como suas principais dificuldades de acesso às linhas e instrumentos financeiros. Em seus primeiros cinco dias de operação (de 26 a 30 de junho), a plataforma recebeu 2.996 manifestações de interesse de crédito.

Lançado em novembro do ano passado, o novo portal do BNDES segue melhorando as estatísticas de visualização e permanência dos usuários. No 1º semestre de 2017, o site teve quase 10% mais usuários e quase 15% mais visualizações de páginas, comparativamente ao semestre anterior. A duração média das sessões aumentou de 4 minutos para 4,5 minutos, e a taxa de rejeição caiu significativamente: de 40% para 29%.

Também em junho, no dia 20, o BNDES ativou a sua *company page* no *LinkedIn* ([www.linkedin.com/company/bndes](http://www.linkedin.com/company/bndes)), mídia social voltada a *network* corporativo e que se caracteriza por uma abordagem mais verticalizada dos assuntos. Nesse sentido, a linha editorial do perfil do Banco nessa plataforma privilegia o conteúdo da seção de Conhecimento do site, que publica estudos produzidos por técnicos da instituição ou financiados pelo BNDES. Em termos numéricos, o perfil do BNDES no *LinkedIn* — que, até então, existia apenas para manutenção do domínio, sem atualização — contava, em 19 de junho de 2017, com 18.788 seguidores, encerrando o mês com 18.913. A média de novos seguidores/dia passou de 5 para 12,5 nos 10 primeiros dias de ativação.

A entrada no *LinkedIn* coincidiu com o *redesign* da identidade visual do BNDES em outras redes nas quais o Banco está presente: o *Facebook* ([www.facebook.com/bndes.imprensa](http://www.facebook.com/bndes.imprensa)) e o *Twitter* (@bndes\_imprensa), que passaram a contar com posts adaptados ao formato ideal específico para as características de cada rede. A nova identidade visual do BNDES nas mídias sociais mantém o uso de elementos gráficos da marca do Banco, priorizando, porém, do ponto de vista textual, a lógica de *leads* (textos um pouco mais longos) em detrimento da lógica de títulos (textos mais curtos).

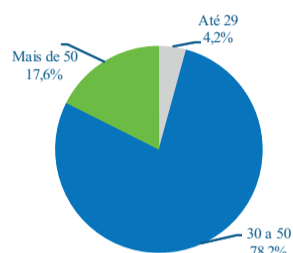
No *Facebook*, o número de curtidas na *Fan Page* cresceu 8,4%, passando de 53 mil em dezembro de 2016 para 57.443 mil no primeiro semestre de 2017. No *Twitter*, a quantidade de seguidores passou de 116 mil do final de 2016 para 119.769 no primeiro semestre de 2017 (alta de 3,3%). O canal do Banco no *YouTube*, por sua vez, acresceu 20% de visualizações às 503.548 registradas no fim de 2016, encerrando o primeiro semestre deste ano com 601.796 visualizações.

## GESTÃO DE PESSOAS

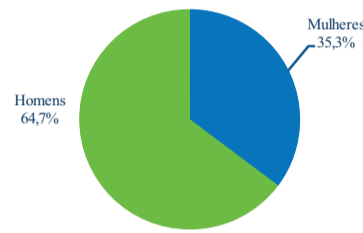
O BNDES encerrou o 1º semestre de 2017 com 2.777 empregados e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Somente 1,8% dos empregados se desligaram no período.

### PERFIL DO CORPO FUNCIONAL

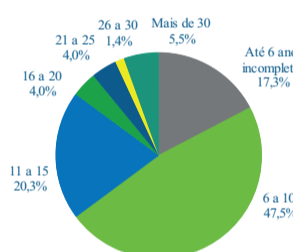
Faixa Etária (Em anos)



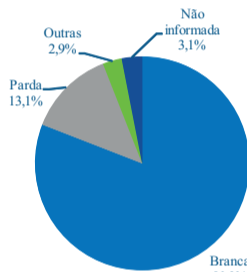
Gênero



Tempo de Serviço (Em anos)



Raça



### Aprendizado e Conhecimento

No 1º semestre de 2017, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional de seus empregados. Nesse período, impulsionado pela necessidade de promover o desenvolvimento de competências a fim de atender às demandas da organização, o Banco investiu aproximadamente R\$ 5,8 milhões em treinamentos, programas de certificação e de idiomas, além de cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior, totalizando 75.675 horas de treinamento, que resultou em uma média de 27,3 horas de treinamento por empregado, com destaque para 51 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação.

No segmento de treinamentos customizados, foram realizadas 61 turmas sobre os mais diversos temas. Destas, 19 foram oferecidas pela gerência de treinamentos customizados - sendo 11 de instrutoria interna e oito relativas a dois cursos contratados

com instrutores externos - e 42 oferecidas por outras Áreas com apoio operacional da equipe de treinamentos customizados, computando-se, ao todo, 1.153 inscrições em cursos com grande aderência entre conteúdo programático e demandas de trabalho.

Destaca-se, no semestre, o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), que finalizou sua sexta turma, iniciada no ano passado, e iniciou outras duas turmas em 2017, totalizando a participação de 276 gerentes. O curso, com duração de 100 horas, oferece uma abordagem prática e inclui temas como sustentabilidade, gestão pública, ética, estratégia e gestão de pessoas.

Nesse período, o BNDES deu início ao seu programa interno de ensino à distância. Foram produzidos, em caráter piloto, sete cursos e tutoriais em vídeo-aulas, todos com instrutores internos. Esse material foi hospedado numa plataforma de aprendizagem que, embora sem divulgação massiva, já foi acessada por 994 empregados.

### Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 349 estagiários, que cumprem jornada de 4 horas diárias. O Programa oferece, além da bolsa-auxílio, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência médica e odontológica.

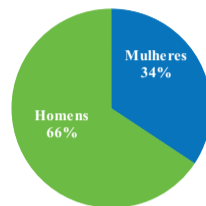
Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ser maiores de 14 e menores de 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental.

Atualmente o Programa conta com 29 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópia, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

### Valorização da Diversidade

O BNDES tem compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em seu ambiente de trabalho e nas instituições de sua cadeia de relacionamento.

Tal compromisso encontra-se em sua Missão, em sua Declaração de Valores, em seu Código de Ética e em sua Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade. Ser reconhecido como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade constitui uma das principais diretrizes dessa Política.



A distribuição das funções gratificadas entre os empregados do Sistema BNDES está em linha com o perfil de gênero de seu quadro de colaboradores (66% homens, 34% mulheres), evidenciando tratamento equânime na distribuição dessas

Como ações específicas desenvolvidas no 1º semestre de 2017, destacam-se:

- Promoção de campanha de conscientização sobre equidade de gênero durante o mês de março em menção ao Dia Internacional da Mulher incluindo divulgação de material informativo e de um quiz sobre direitos das mulheres nos canais institucionais internos (intranet e TV dos elevadores), exibição de vídeo da ONU Mulheres nos eventos realizados no Auditório Arino Ramos e programação do Espaço Cultural BNDES prestigiando artistas mulheres.
- Divulgação do "Guia de Orientações para uma Gestão Pautada em Equidade de Gênero – Foco no retorno da Licença Maternidade" direcionado a gestores (as) de empregadas em retorno de licença maternidade.
- Realização de reuniões com gestores (as) de empregadas em retorno de licença maternidade para sensibilizá-los (as) sobre ações a serem implementadas no âmbito da gestão em prol da construção de um ambiente corporativo pautado na equidade de gênero.
- Realização do primeiro Grupo de Gestantes do BNDES oferecendo oportunidade para troca de experiências, para reflexões a respeito de questões de trabalho relacionadas à maternidade e ainda buscando facilitar o planejamento pelas gestantes de seu retorno ao trabalho pós-licença.
- Elaboração de cartilha informativa sobre direitos e benefícios garantidos às gestantes do BNDES.
- Aquisição de livros com temáticas de equidade de gênero e raça e de valorização da diversidade, compondo setor específico em seu acervo.
- Adoção de linguagem inclusiva de gênero nos modelos de formulários de Recursos Humanos bem como na divulgação de processos de seleção interna.

## RATING

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	Rating escala global	Perspectiva
Moody's	Ba2	Negativa	Ba2	Negativa
S&P	BB	Negativa	BB	Negativa

## CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento" em 30/06/17, no montante de R\$ 8,132 bilhões, o equivalente a 5,0% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários.

## XI. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>229.947.859</b>	<b>216.415.241</b>	<b>267.377.778</b>	<b>261.038.990</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.436</b>	<b>2.248</b>	<b>26.429</b>	<b>16.989</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	<b>83.145.066</b>	<b>79.303.322</b>	<b>86.642.974</b>	<b>82.099.308</b>
Aplicações em moedas estrangeiras	507.157	269.021	940.294	516.095
Aplicações em operações compromissadas	82.637.909	79.034.301	85.702.680	81.583.213
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>66.062.071</b>	<b>56.879.015</b>	<b>63.965.672</b>	<b>57.532.853</b>
Cotas de fundos de investimento	3.298.989	2.750.472	-	-
Títulos públicos	61.935.562	52.661.764	61.965.204	52.681.385
Títulos de renda fixa no exterior	6	6	179.108	167.244
Ações	-	-	296.697	763.921
Debêntures disponíveis para venda	726.651	350.123	1.266.937	2.761.331
Debêntures mantidas até o vencimento	2.383	13.541	3.425	38.703
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	(24)	(135)	(34)	(218)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	98.504	1.103.244	98.504	1.119.392
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	-	155.831	1.095
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>25.319.179</b>	<b>23.840.598</b>	<b>57.783.348</b>	<b>61.730.179</b>
Créditos vinculados	-	49	-	49
Repasses interfinanceiros	25.375.575	23.890.201	57.983.056	61.894.627
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(56.396)	(49.652)	(199.708)	(164.497)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>51.916.474</b>	<b>53.534.686</b>	<b>53.772.299</b>	<b>55.440.136</b>
Operações de crédito	54.541.254	54.681.566	56.417.690	56.608.936
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.624.780)	(1.146.880)	(2.645.391)	(1.168.800)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>1.971.915</b>	<b>1.170.122</b>	<b>3.654.338</b>	<b>2.533.275</b>
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	29.246	322.776
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	(9.987)	(19.734)
Direitos recebíveis	1.439	1.428	1.666	2.681
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	(41)	(43)	(268)	(1.296)
Créditos tributários	1.319.076	207.462	1.652.901	522.509
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	4.578	115	663.207	609.691
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	31.510	340.855	197.444	286.652
Devedores por depósito em garantia	101.649	115.285	113.043	126.674
Pagamentos a ressarcir	60.278	68.205	19.921	21.498
Operações da carteira de câmbio	82.597	-	82.597	-
Diversos	370.829	436.815	904.568	661.824
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>1.531.718</b>	<b>1.685.250</b>	<b>1.532.718</b>	<b>1.686.250</b>
Outros valores e bens	2.349	2.443	3.347	3.441
Despesas antecipadas	1.529.369	1.682.807	1.529.371	1.682.809
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>646.882.911</b>	<b>723.197.813</b>	<b>616.262.245</b>	<b>674.184.092</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>560.888.138</b>	<b>647.396.753</b>	<b>602.824.311</b>	<b>661.127.310</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>44.652.941</b>	<b>54.848.245</b>	<b>96.373.398</b>	<b>97.740.129</b>
Ações	13.167.465	11.382.703	55.007.099	43.619.687
Debêntures disponíveis para venda	3.832.673	3.579.110	6.443.870	6.848.951
Debêntures mantidas até o vencimento	2.725.964	2.950.835	7.941.660	8.353.684
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	(16.186)	(16.092)	(234.819)	(285.966)
Títulos públicos	24.633.244	36.828.677	24.633.244	36.828.677
Títulos de renda fixa no exterior	309.781	122.625	309.781	122.625
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	-	387	-	387
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	-	672.763	757.462
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	1.599.800	1.494.622
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>232.371.359</b>	<b>266.917.178</b>	<b>195.518.085</b>	<b>211.516.157</b>
Repasses interfinanceiros	232.888.941	267.473.076	196.352.757	212.344.639
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(517.582)	(555.898)	(834.672)	(828.482)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>262.809.665</b>	<b>307.539.280</b>	<b>276.008.497</b>	<b>318.237.731</b>
Operações de crédito	276.096.731	314.127.734	289.442.147	324.949.257
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.287.066)	(6.588.454)	(13.433.650)	(6.711.526)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>21.054.173</b>	<b>18.092.055</b>	<b>34.924.331</b>	<b>33.633.293</b>
Créditos tributários	10.206.763	7.734.264	19.433.426	17.488.535
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	1.066.306	757.198
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	(364.137)	(46.294)
Direitos recebíveis	10.977	9.107	81.833	172.212
Créditos perante o Tesouro Nacional	(331)	(273)	(71.188)	(163.378)
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	1.692.322	1.970.604	4.713.058	6.177.114
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	8.961.999	8.199.670	8.961.999	8.199.670
Incentivos fiscais	176.183	178.683	413.816	416.316
Devedores por depósito em garantia	-	-	682.213	631.920
Diversos	6.260	-	7.005	-
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>85.865.926</b>	<b>75.663.471</b>	<b>13.308.077</b>	<b>12.917.862</b>
Participações em controladas e coligadas	85.723.780	75.521.325	13.165.931	12.775.716
Participações em outras empresas	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>106.668</b>	<b>114.893</b>	<b>107.678</b>	<b>116.229</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>22.179</b>	<b>22.691</b>	<b>22.179</b>	<b>22.691</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>876.830.770</b>	<b>939.613.054</b>	<b>883.640.023</b>	<b>935.223.082</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>44.182.214</b>	<b>57.670.887</b>	<b>38.750.393</b>	<b>43.162.142</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS</b>	<b>1.539.686</b>	<b>1.685.588</b>	<b>1.539.686</b>	<b>1.685.588</b>
Depósitos especiais - FAT	1.539.361	1.685.233	1.539.361	1.685.233
Diversos	325	325	325	325
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO</b>	<b>7.652.785</b>	<b>18.940.487</b>	<b>768.466</b>	<b>22.950</b>
Obrigações por operações compromissadas	7.652.785	18.940.487	768.466	22.950
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>-</b>	<b>807</b>	<b>-</b>	<b>807</b>
Recursos em trânsito de terceiros	-	807	-	807
<b>OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO</b>	<b>4.130.890</b>	<b>6.215.660</b>	<b>4.143.403</b>	<b>8.132.567</b>
Debêntures	551.550	551.249	564.063	2.468.156
Letras de Crédito do Agronegócio	3.579.340	5.664.411	3.579.340	5.664.411
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>	<b>12.479.466</b>	<b>13.568.060</b>	<b>12.479.466</b>	<b>13.563.278</b>
Empréstimos no país	423.075	423.879	423.075	423.879
Empréstimos no exterior	6.477.257	7.275.861	6.477.257	7.271.079
Empréstimos sindicalizados e outros	-	2.256.150	-	2.257.280
Bônus	6.477.257	5.019.711	6.477.257	5.013.799
Repasses no país	3.301.467	3.788.858	3.301.467	3.788.858
Tesouro Nacional	1.489.129	2.610.617	1.489.129	2.610.617
Fundo da Marinha Mercante	1.811.908	1.175.144	1.811.908	1.175.144
Outros	430	3.097	430	3.097
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	2.277.667	2.079.462	2.277.667	2.079.462
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>18.379.387</b>	<b>11.811.451</b>	<b>19.819.372</b>	<b>-</b>
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14.631.144	6.467.503	14.663.391	6.495.927
Fundo PIS/PASEP	8.455.343	1.658.102	8.455.343	1.658.102
Outros	6.175.801	4.809.401	6.208.048	4.837.825
Impostos e contribuições sobre o lucro	1.187.395	2.314.846	1.601.870	2.780.067
Outros impostos e contribuições	140.921	199.470	161.783	224.213
Operações da carteira de câmbio	82.690	-	82.690	-
Provisões trabalhistas e cíveis	9.220	1.008	13.775	1.557
Passivo atuarial - FAPES	53.358	46.653	71.087	62.161
Vinculadas ao Tesouro Nacional	42	4.174	2.636	4.735
Impostos e contribuições diferidos	131.314	63.579	908.630	322.786
Passivo atuarial - FAMS	29.791	36.041	49.282	51.675
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	785.587	1.397.157	785.587	1.397.157
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	-	-	1.421.212
Obrigações por depósitos a apropriar	174.466	184.078	258.779	222.882
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	56.000
Diversas	1.153.459	1.096.942	1.219.862	1.267.746
<b>DÍVIDAS SUBORDINADAS</b>	<b>-</b>	<b>5.448.864</b>	<b>-</b>	<b>5.448.864</b>
FAT constitucional	-	5.448.864	-	5.448.864
Outras dívidas subordinadas	-	5.448.864	-	5.448.864
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>782.478.914</b>	<b>845.066.218</b>	<b>794.719.988</b>	<b>855.184.991</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS</b>	<b>10.695.973</b>	<b>12.221.302</b>	<b>10.695.973</b>	<b>12.221.302</b>
Depósitos especiais - FAT	10.695.973	12.221.302	10.695.973	12.221.302
<b>OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO</b>	<b>3.601.619</b>	<b>7.249.411</b>	<b>5.412.280</b>	<b>9.001.420</b>
Debêntures	2.854.733	3.347.086	4.665.394	5.099.095
Letras de Crédito do Agronegócio	746.886	3.902.325	746.886	3.902.325
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>	<b>470.949.715</b>	<b>544.103.416</b>	<b>470.949.715</b>	<b>544.121.672</b>
Empréstimos no país	3.871.941	4.246.801	3.871.941	4.246.801
Empréstimos no exterior	16.207.101	18.606.792	16.207.101	18.625.048
Bônus	16.207.101	18.606.792	16.207.101	18.304.775
Repasses no país	433.838.580	503.588.431	433.838.580	503.588.431
Tesouro Nacional	415.643.688	485.648.564	415.643.688	485.648.564
Fundo da Marinha Mercante	18.193.903	17.938.448	18.193.903	17.938.448
Outros	989	1.419	989	1.419
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	17.032.093	17.661.392	17.032.093	17.661.392
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>33.093.586</b>	<b>37.439.337</b>	<b>43.523.999</b>	<b>45.787.845</b>
Fundos financeiros e de desenvolvimento	27.664.685	32.476.486	27.664.685	32.476.486
Fundo PIS/PASEP	27.503.153	32.312.421	27.503.153	32.312.421
Outros	161.532	164.065	161.532	164.065
Passivo atuarial - FAPES	2.152.864	2.058.989	2.675.750	2.555.702
Provisões trabalhistas e cíveis	41.305	44.891	1.292.500	1.193.430
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	526.199	1.220.946	526.199	1.220.946
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	-	205.050	228.081
Passivo atuarial - FAMS	1.903.328	1.388.450	2.360.959	1.743.164
Impostos e contribuições diferidos	804.364	248.986	8.798.015	6.358.141
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	11.306
Diversas	841	589	841	589
<b>DÍVIDAS SUBORDINADAS</b>	<b>228.599.045</b>	<b>207.439.854</b>	<b>228.599.045</b>	<b>207.439.854</b>
FAT Constitucional	228.599.045	207.439.854	228.599.045	207.439.854
Outras dívidas subordinadas	185.829.129	170.743.038	186.401.094	172.309.780
Elegível a capital	42.769.916	36.696.816	42.197.951	35.130.074
<b>INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL</b>	<b>35.538.976</b>	<b>36.612.898</b>	<b>35.538.976</b>	<b>36.612.898</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	35.538.976	36.612.898	35.538.976	36.612.898
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>50.169.642</b>	<b>36.875.949</b>	<b>50.169.642</b>	<b>36.875.949</b>
Capital social	40.877.231	36.340.506	40.877.231	36.340.506
Reservas de lucros	4.959.161	6.938.284	4.959.161	6.938.284
Reserva legal	3.169.396	2.849.813	3.169.396	2.849.813
Reserva de incentivos fiscais	201.355	201.355	201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital	-	2.107.894	-	2.107.894
Reserva para margem operacional	-	1.779.222	-	1.779.222
Reserva de equalização de dividendos	1.588.410	-	1.588.410	-
Ajustes de avaliação patrimonial	2.988.325	(4.228.914)	2.988.325	(4.228.914)
De ativos próprios	3.514.918	(4.389.006)	3.514.918	(4.389.006)
De ativos de coligadas e controladas	(526.593)	160.092	(526.593)	160.092
<b>Lucros (Prejuízos) Acumulados</b>	<b>1.344.925</b>	<b>(2.173.927)</b>	<b>1.344.925</b>	<b>(2.173.927)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>876.830.770</b>	<b>939.613.054</b>	<b>883.640.023</b>	<b>935.223.082</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>32.177.812</b>	<b>18.614.280</b>	<b>34.329.353</b>	<b>21.317.862</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	-
. Moeda nacional	19.972.822	21.834.997	18.727.790	19.489.899
. Moeda estrangeira	1.854.434	(17.345.533)	2.028.455	(17.250.597)
Resultado com títulos e valores mobiliários	8.435.872	11.832.889	8.939.569	12.874.058
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.471.196	1.817.644	4.190.051	5.730.219
Rendas com administração de fundos e programas	443.488	474.283	443.488	474.283
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(30.498.731)</b>	<b>(12.710.316)</b>	<b>(30.761.068)</b>	<b>(13.521.058)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-
. Moeda nacional	(22.824.957)	(26.251.479)	(23.045.336)	(26.687.488)
. Moeda estrangeira	(2.625.926)	14.475.497	(2.626.137)	14.374.922
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	(132.694)	3.190.243	(132.694)	3.220.397
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(1.774)	(4.465)	(3.477)	(5.077)
Resultado de provisão para risco de crédito	(4.726.798)	(4.119.695)	(4.769.408)	(4.438.193)
Reversão (constituição) de provisão	(4.966.729)	(4.267.869)	(5.064.367)	(4.658.748)
Recuperação de créditos baixados	239.931	148.174	294.959	220.555
Resultado da carteira de câmbio	(186.582)	(417)	(184.016)	14.381
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.679.081</b>	<b>5.903.964</b>	<b>3.568.285</b>	<b>7.796.804</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>390.113</b>	<b>(4.756.403)</b>	<b>(419.448)</b>	<b>(6.827.553)</b>
Resultado com equivalência patrimonial	1.789.240	(2.785.312)	69.877	(197.580)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	264.854	373.828	254.693	385.516
Amortização de ágios	-	-	(3.603)	(17.607)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	-	(789.609)	(377.461)	(5.150.417)
Receita de dividendos	1.235	-	135.896	248.438
Receita de juros sobre o capital próprio	29.836	-	440.859	7.580
Resultado com alienações de títulos de renda variável	-	-	728.999	618.539
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	-	(32.257)	(640.600)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias	-	-	149.735	(75.731)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	-	305.688	283.149
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	15.616	(685)	(39.521)	(53.704)
Despesas tributárias	(310.866)	(419.611)	(462.106)	(578.248)
Despesas com pessoal	(724.173)	(560.262)	(887.297)	(794.540)
Despesas administrativas	(172.553)	(205.492)	(215.344)	(282.996)
Outras receitas operacionais	16.002	18.921	81.471	52.658
Outras despesas operacionais	(519.078)	(388.181)	(569.077)	(632.010)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.069.194</b>	<b>1.147.561</b>	<b>3.148.837</b>	<b>969.251</b>
Imposto de renda	(958.481)	(1.703.362)	(1.416.590)	(2.221.797)
Contribuição social	(801.657)	(1.429.784)	(1.065.227)	(1.737.155)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	1.035.869	(188.342)	677.905	815.774
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>1.344.925</b>	<b>(2.173.927)</b>	<b>1.344.925</b>	<b>(2.173.927)</b>
Quantidade de ações	6.273.711.452	6.273.711.452	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)</b>	<b>0,214375</b>	<b>(0,346514)</b>	<b>0,214375</b>	<b>(0,346514)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de lucros						Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas	Total	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>36.340.506</b>	<b>2.849.813</b>	<b>201.355</b>	<b>2.107.894</b>	<b>1.779.222</b>	<b>-</b>	<b>(12.986.468)</b>	<b>700.965</b>	<b>-</b>	<b>30.993.287</b>
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º18)	-	-	-	-	-	-	8.597.462	(540.873)	-	8.056.589
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.173.927)	(2.173.927)
<b>Em 30 de junho de 2016</b>	<b>36.340.506</b>	<b>2.849.813</b>	<b>201.355</b>	<b>2.107.894</b>	<b>1.779.222</b>	<b>-</b>	<b>(4.389.006)</b>	<b>160.092</b>	<b>(2.173.927)</b>	<b>36.875.949</b>
Mutações no período	-	-	-	-	-	-	8.597.462	(540.873)	(2.173.927)	5.882.662
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>36.340.506</b>	<b>3.169.396</b>	<b>201.355</b>	<b>3.018.705</b>	<b>5.231.655</b>	<b>-</b>	<b>7.470.520</b>	<b>(256.094)</b>	<b>-</b>	<b>55.176.043</b>
Aumento de capital	4.536.725	-	-	(4.536.725)	-	-	-	-	-	-
Reversão de reserva para margem operacional	-	-	-	1.518.020	(5.231.655)	3.713.635	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio complementares - 2016	-	-	-	-	-	(1.327.965)	-	-	-	(1.327.965)
Dividendos complementares - 2016	-	-	-	-	-	(797.260)	-	-	-	(797.260)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota										

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.069.194	1.147.561	3.148.837	969.251
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	3.341.863	7.572.276	5.350.892	11.423.031
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	4.726.798	4.119.695	4.769.408	4.438.193
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	(15.616)	685	39.521	53.704
Resultado de participações em coligadas	(1.789.240)	2.785.312	(69.877)	197.580
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	(308.245)	-
Amortização de ágio	-	-	3.603	17.607
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	410.071	657.824	494.098	911.959
Depreciação	9.850	8.760	12.666	12.971
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	-	-	377.461	5.150.417
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	32.257	640.600
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>24.295.151</b>	<b>28.772.394</b>	<b>22.889.795</b>	<b>24.919.154</b>
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	27.820.059	35.126.812	23.425.362	43.694.608
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(11.821.198)	(1.637.358)	(10.394.408)	(968.797)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(304.060)	1.645.497	347.200	1.734.298
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	18.451.282	(9.040.563)	18.453.250	(9.055.099)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(1.311.498)	12.033.973	768.466	22.950
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(685.539)	(944.647)	(839.081)	(1.041.374)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(2.147.846)	(4.154.099)	(2.147.846)	(4.143.788)
. IR e CSLL pagos	(5.706.049)	(4.257.221)	(6.723.148)	(5.323.644)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais</b>	<b>29.706.208</b>	<b>37.492.231</b>	<b>31.389.524</b>	<b>37.311.436</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
. Adições ao imobilizado	(3.771)	(11.948)	(3.810)	(12.057)
. Adições ao intangível	(485)	(3.492)	(485)	(3.492)
. Compra de investimento	-	-	(4.948)	(90.939)
. Venda de investimentos	-	-	(41.988)	1.437
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	851.293	-	205.876	430.523
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>847.037</b>	<b>(15.440)</b>	<b>154.645</b>	<b>325.472</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	8.948.943	7.037.400	8.948.943	7.037.400
. Dividendos pagos	(3.804.654)	-	(3.804.654)	-
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	-	3.981.026	-	3.981.026
. Amortização das obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(3.477.746)	(1.417.978)	(3.477.746)	(1.417.978)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(376.919)	(384.890)	(1.312.577)	(524.406)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>1.289.624</b>	<b>9.215.558</b>	<b>353.966</b>	<b>9.076.042</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31.842.869</b>	<b>46.692.349</b>	<b>31.898.135</b>	<b>46.712.950</b>
<b>Início do semestre</b>	<b>51.303.634</b>	<b>32.613.221</b>	<b>54.771.268</b>	<b>35.403.346</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	51.303.634	32.613.221	54.771.268	35.403.346
<b>Final do semestre</b>	<b>83.146.503</b>	<b>79.305.570</b>	<b>86.669.403</b>	<b>82.116.296</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	83.146.503	79.305.570	86.669.403	82.116.296
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31.842.869</b>	<b>46.692.349</b>	<b>31.898.135</b>	<b>46.712.950</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
<b>RECEITAS</b>	<b>27.731.870</b>	<b>14.887.323</b>	<b>31.070.263</b>	<b>17.485.594</b>
Intermediação financeira	32.177.812	18.614.280	34.329.353	21.317.862
Outras receitas	280.856	392.738	1.510.318	605.925
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	(4.726.798)	(4.119.695)	(4.769.408)	(4.438.193)
<b>DESPESAS</b>	<b>(26.275.394)</b>	<b>(8.979.481)</b>	<b>(26.625.848)</b>	<b>(9.768.586)</b>
Intermediação financeira	(25.771.933)	(8.590.621)	(25.991.660)	(9.082.865)
Outras despesas	(503.461)	(388.860)	(634.188)	(685.721)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(136.922)</b>	<b>(957.212)</b>	<b>(547.461)</b>	<b>(5.378.942)</b>
Materiais, energia e outros	(20.054)	(29.437)	(24.246)	(36.762)
Serviços de terceiros	(116.868)	(138.166)	(145.754)	(191.763)
Perda de valores ativos	-	(789.609)	(377.461)	(5.150.417)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.319.554</b>	<b>4.950.630</b>	<b>3.896.954</b>	<b>2.338.066</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(9.850)</b>	<b>(8.760)</b>	<b>(12.666)</b>	<b>(12.971)</b>
Depreciação	(9.850)	(8.760)	(12.666)	(12.971)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>1.309.704</b>	<b>4.941.870</b>	<b>3.884.288</b>	<b>2.325.095</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>1.820.311</b>	<b>(2.785.312)</b>	<b>646.632</b>	<b>58.438</b>
Resultado de equivalência patrimonial	1.789.240	(2.785.312)	69.877	(197.580)
Dividendos e juros sobre capital próprio	31.071	-	576.755	256.018
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.130.015</b>	<b>2.156.558</b>	<b>4.530.920</b>	<b>2.383.533</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>3.130.015</b>	<b>2.156.558</b>	<b>4.530.920</b>	<b>2.383.533</b>
Pessoal e encargos	640.023	493.638	780.279	696.673
- Remuneração direta	434.065	331.128	519.573	461.343
- Benefícios	175.423	137.819	222.054	199.546
- FGTS	30.474	24.513	38.574	35.526
- Outros	61	178	78	258
Impostos, taxas e contribuições	1.123.853	3.812.296	2.378.319	3.824.608
- Federais	1.112.020	3.799.894	2.364.575	3.809.360
- Municipais	11.833	12.402	13.744	15.248
Aluguéis	21.214	24.551	27.397	36.179
Lucros (prejuízos) retidos	1.344.925	(2.173.927)	1.344.925	(2.173.927)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Esteves Pedro Colnago Junior – Presidente  
Andrea Sandro Calabi  
Carlos Márcio Bicalho Cozendey  
Daniel Sigelmann  
Jorge Saba Arbache Filho  
Mansueto Facundo de Almeida Junior  
Natália Marcassa de Souza  
Walter Baere de Araujo Filho  
William George Lopes Saab

CONSELHO FISCAL:

Christianne Dias Ferreira  
Marco Jorge de Lima  
Vinicius Mendonça Neiva  
Francisco Arruda Vieira de Melo Filho – Suplente  
Priscila Grecov – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

Atílio Guaspari  
Eustáquio Coelho Lott  
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA:

Paulo Rabello de Castro – Presidente  
Cláudia Pimentel Trindade Prates  
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade  
Marcelo de Siqueira Freitas  
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos  
Ricardo Luiz de Souza Ramos

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 30 de junho de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nosso opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na Seção "Base para opinião com ressalva", concluimos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, dividindo, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior  
Contador CRC RJ-083314/O-7

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### 1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabeleceu a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o caput do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, é composto por três membros, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

Em 2017, o Regimento Interno do Comitê será reformulado, para adaptar-se ao atual Estatuto Social do BNDES, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, de 20 de fevereiro de 2017, elaborado em conformidade com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, com o decreto que a regulamentou, de nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, bem como com demais normas e legislações aplicáveis. Também, em 2017, os membros do Comitê de Auditoria passaram a integrar o Comitê de Elegibilidade.

### 2- ATIVIDADES

Durante o primeiro semestre de 2017, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias que vêm sendo tratadas no âmbito do Comitê, destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, desempenhadas por uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como pelo Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretária executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento dos trabalhos relativos à estrutura de gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process - Icaap*), conforme previsto na Resolução BACEN nº 3.988, de 30 de junho de 2011;
- acompanhamento dos estudos relacionados ao Patrimônio de Referência e das variáveis e políticas, como a distribuição de dividendos, que afetam esse Patrimônio, bem como os riscos de não cumprimento do cronograma de enquadramento ao limite de exposição por cliente, em particular da Petrobrás, nos termos da Resolução CMN nº 4.430/15;
- avaliação de riscos relacionados a operações de financiamento de bens e serviços no exterior;
- acompanhamento do atendimento às demandas formuladas, pela Câmara dos Deputados, no âmbito de Comissão Parlamentar de Inquérito, que teve por objeto o BNDES, instalada em agosto de 2015 e encerrada em fevereiro de 2016; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes das auditorias independentes, KPMG (responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BNDES e da subsidiária FINAME) e Grant Thornton (responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da subsidiária BNDESPAR a partir de 2017). Nessas ocasiões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pelas empresas de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, bem como dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões com os auditores independentes ocorreram quando da análise das demonstrações do exercício findo em 2016, bem como quando da análise das demonstrações do primeiro trimestre e primeiro semestre de 2017.

Desde 2010, a BNDESPAR apresenta suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobras, do Grupo Vale e da Eletrobras.

Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo, com contrapartida em variações em conta do Patrimônio Líquido - PL. Essa mudança acarretou, no exercício de sua adoção (2010), uma grande majoração no valor da carteira (R\$ 43,3 bilhões) e no PL (R\$ 29,4 bilhões), e, para os exercícios seguintes, uma volatilidade nas contas envolvidas.

No exercício de 2015, esta carteira sofreu uma desvalorização de R\$ 8,8 bilhões acompanhando as cotações da Bolsa de valores, contribuindo assim, para uma redução de R\$ 5,2 bilhões, líquidos dos efeitos tributários, no Patrimônio Líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Por outro lado, no exercício de 2016, como reflexo da recuperação do mercado de renda variável, a carteira de Investimentos em não coligadas sofreu uma valorização acumulada de R\$ 28,1 bilhões, contribuindo para um aumento de R\$ 17,5 bilhões no Patrimônio Líquido, já expurgados os efeitos tributários, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

No primeiro semestre de 2017, a carteira de Investimentos em não coligadas voltou a sofrer queda em seu valor justo, apresentando uma desvalorização acumulada de R\$ 6,9 bilhões no semestre, contribuindo para uma redução de R\$ 4,3 bilhões no Patrimônio Líquido, já expurgados os efeitos tributários, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

O parecer da Grant Thornton sobre as Demonstrações Financeiras da subsidiária BNDESPAR foi emitido com ressalva por limitação de escopo relacionada ao investimento mantido em JBS, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras da investida utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial não foram revisadas por eles e nem por outros auditores independentes; e adicionalmente, por entenderem não ser possível determinar se haveria a necessidade de ajuste ao valor recuperável do investimento em 30/06/17, em virtude das incertezas que cercam a Companhia neste momento.

O parecer da KPMG sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES referente ao primeiro semestre de 2017 foi emitido sem ressalvas.

No primeiro semestre de 2017, destacam-se os seguintes aspectos:

- Ativo Total do Sistema BNDES de R\$ 883,6 bilhões, composto por: R\$ 583,1 bilhões (66,0%), em Operações de Créditos e Repasses; R\$ 173,6 bilhões (19,7%) em Títulos e Valores Mobiliários, incluindo Participações Societárias, R\$ 86,7 bilhões (9,8%) em Disponibilidades e R\$ 40,2 bilhões (4,5%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R\$ 50,2 bilhões, corresponde a 5,7% do Ativo Total.
- O Resultado Líquido do semestre foi um lucro de R\$ 1,4 bilhão, o que equivale a um retorno positivo de 0,31% do Ativo Total Médio e 5,94% do Patrimônio Líquido Médio. Este resultado, bastante superior ao prejuízo líquido de R\$ 2,2 bilhões registrado no mesmo período de 2016, foi afetado principalmente pelo resultado positivo com participações societárias, destacando a redução de R\$ 4,7 bilhões na despesa com *impairment* e melhores resultados com derivativos, dividendos e equivalência patrimonial.

c) No primeiro semestre de 2017 houve o registro de perdas por *impairment* na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, no valor bruto de R\$ 0,4 bilhão, com reflexo líquido no Resultado (descontados os tributos) de R\$ 0,3 bilhão.

Durante o exercício de 2016, as perdas por *impairment* atingiram o valor de R\$ 5,3 bilhões que, líquidos dos efeitos tributários, correspondiam a R\$ 3,5 bilhões. Desse último total, R\$ 2,0 bilhões foram decorrentes de investimentos na Petrobras.

Durante o exercício de 2015, essas perdas foram de R\$ 9,7 bilhões que, líquidos dos efeitos tributários, corresponderam a R\$ 6,4 bilhões. Desse último total, R\$ 4,9 bilhões foram decorrentes de investimentos na Petrobras.

d) No primeiro semestre de 2017 foram registradas Provisões para Risco de Crédito no valor de R\$ 4,8 bilhões, mesmo patamar das provisões registradas no mesmo período do ano anterior. As provisões registradas estavam concentradas em oito clientes, que respondem por 62,6% do total, sendo que um dos clientes responde por 21,3%. Adicionalmente, foi constituída provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R\$ 1,4 bilhão, visando à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico.

Em 2016 foram constituídas provisões, sobre operações de crédito e outros ativos, no valor de R\$ 9,2 bilhões, montante bastante superior aos valores históricos. O saldo de Provisões para Risco de Crédito, especificamente sobre as operações de crédito, passou de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 12,9 bilhões. As provisões registradas no exercício de 2016 estavam concentradas em oito clientes, que respondiam por 62,2% do total, e também foram impactadas pela provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R\$ 1,3 bilhão.

No exercício de 2015, a despesa com provisão foi no valor total de R\$ 1,5 bilhão e estava pulverizada em diversas empresas, acompanhando o crescimento da carteira.

e) A partir de setembro de 2016, o BNDES passou a reconhecer os créditos tributários sobre provisão para risco de crédito de operações com realização prevista no prazo de 10 anos. Naquele exercício, foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o saldo da provisão para risco de crédito do Sistema BNDES, no valor total de R\$ 4,9 bilhões.

No primeiro semestre de 2017, os créditos diferidos oriundos da constituição de provisão para risco de crédito sofreram acréscimo de R\$ 1,3 bilhão, como decorrência da despesa reconhecida no semestre.

f) Desde o exercício de 2015, inclusive, não houve novas captações de recursos junto ao Tesouro Nacional, sendo que no período de 2008 a 2014 foram captados R\$ 438,5 bilhões.

g) Os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal, que até dezembro de 2014 eram apresentados no Patrimônio Líquido, estão computados, apenas para efeito de apresentação, em uma conta do Passivo, conforme determinado pelo Ofício BCB/Desup nº 6323/2015, de 29 de abril de 2015.

h) Em Janeiro de 2017, foi aprovada a Política de Dividendos do BNDES, limitando o pagamento de dividendos a 60% do lucro líquido ajustado, sendo 25% referentes aos Dividendos Obrigatórios e 35% referentes aos Dividendos Complementares, sendo que estes últimos poderão não ser distribuídos caso haja previsão de descumprimento dos limites mínimos de capital e demais limites operacionais. O novo Estatuto Social do BNDES, que inclui os termos da Política de Dividendos, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 20/02/2017.

i) No primeiro semestre de 2017, houve pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1,5 bilhão e dividendos complementares de R\$ 2,1 bilhões, relativos ao lucro líquido apurado no exercício de 2016. Adicionalmente, foi reconhecida remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal, referente ao mesmo período, no valor de R\$ 142 milhões.

No exercício de 2016, houve pagamento de remuneração ao acionista no valor de R\$ 191 milhões, a título de dividendos complementares, relativos ao lucro apurado no exercício de 2015. Adicionalmente, foi reconhecida remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal, referente ao mesmo período, no valor de R\$ 541 milhões.

Em 2015 ocorreu o pagamento de remuneração ao acionista no valor de R\$ 4,8 bilhões, dos quais R\$ 3,3 bilhões a título de dividendos intermediários sobre o lucro apurado no balanço de 30/06/2015 e R\$ 1,4 bilhão a título de dividendos complementares relativos ao lucro apurado no exercício de 2014. Adicionalmente, foi paga a remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal - IECF, referente ao exercício de 2014, no valor de R\$ 1,0 bilhão.

Esses pagamentos, líquidos dos efeitos tributários (quando aplicáveis), tiveram impacto negativo sobre o Capital regulatório do BNDES e, consequentemente, sobre o limite de exposição por cliente.

j) Conforme já relatado, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários, que em 2015 havia sofrido uma desvalorização de R\$ 8,8 bilhões, em função das cotações na Bolsa de Valores, no exercício de 2016 apresentou uma recuperação valorizando de R\$ 28,1 bilhões. Já no primeiro semestre de 2017, apresentou uma queda em seu valor justo, em decorrência da desvalorização das ações, no valor de R\$ 6,9 bilhões. Os resultados dessas variações, deduzidos os efeitos tributários, afetam diretamente o Patrimônio Líquido, não transitando pelas contas de Resultado.

k) Receita com dividendos e Juros sobre o capital próprio de R\$ 0,6 bilhão no primeiro semestre de 2017, mesmo patamar registrado em 2016.

l) No primeiro semestre de 2017, o resultado com alienação de investimentos foi de R\$ 0,8 bilhão, com destaque para PETROBRAS E RUMO, que contribuíram com 84,5% do resultado com alienação.

Em 2016 o resultado com alienação de investimentos foi de R\$ 0,9 bilhão, com destaque para BRASKEM, BRASILIANA e KLabin, que contribuíram com 84,0% do resultado com alienação.

m) No primeiro semestre de 2017, ocorreu o recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R\$ 5,0 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão pelo BNDES e R\$ 3,4 bilhões pela Finame.

Em 2016 ocorreu o recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R\$ 13,1 bilhões, sendo R\$ 5,2 bilhões pelo BNDES e R\$ 7,9 bilhões pela Finame.

No exercício de 2015, esses recebimentos atingiram R\$ 30,6 bilhões, sendo R\$ 8,6 bilhões pelo BNDES e R\$ 22,0 bilhões pela Finame;

n) Em dezembro de 2016, o BNDES antecipou o pagamento de R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional, sendo R\$ 60 bilhões em disponibilidades e R\$ 40 bilhões em títulos públicos.

Em 2015, o BNDES negociou com o Tesouro Nacional a liquidação antecipada de dívidas no montante de R\$ 28,3 bilhões, visando a redução do seu endividamento com a União. Deste montante, R\$ 15,8 bilhões foram pagos em dezembro de 2015 e R\$ 12,5 bilhões em janeiro de 2016.

Até a data deste relatório, não havia perspectiva de novas antecipações de pagamento ao Tesouro Nacional.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 96,2% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 89,6% no Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Em 30/06/2017, o índice de inadimplência para 30 dias ficou em 2,45%, patamar inferior aos 2,81% registrados em 31/12/2016. Já o índice de inadimplência para 90 dias ficou em 2,15%, abaixo do índice de 2,43% de 31/12/2016 e dos 3,74% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional. Desconsiderando o saldo das operações cujas prestações estão sendo honradas integralmente pelo garantidor (União), os índices de inadimplência de 30/06/2017 seriam reduzidos para 1,28% (30 dias) e 0,99% (90 dias).

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basileia de 22,7% em 30 de junho de 2017 (contra 21,7% 14,7%, 15,9%, 18,7%, 15,4% e 20,6%, em dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013, 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 10,5%; Índice de Exposição Cambial de 2,2% quando o teto é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 18,6% (17,9%, 28,3%, 26,2%, 17,5%, 21,2% e 16,3% em dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 9,9% sendo que o limite máximo é 50%.

A esse respeito, vale registrar que, em março de 2016, foi aprovada a Política de Monitoramento de Suficiência de Capital do Sistema BNDES - PMSC, que determina o processo de acompanhamento dos limites, estabelece procedimentos em caso de suas extrapolações e define responsabilidades referentes à instituição e ao monitoramento desses limites. Na mesma ocasião, foram estabelecidos os limites para os índices de capitalização do Sistema BNDES, nos montantes de: 15%, para o Índice de Basileia; 10%, para o Índice do Capital de Nível 1; e 8,0%, para o Índice do Capital Principal.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2017.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2017.

Paulo Roberto Vales de Souza  
Coordenador

Atílio Guaspari  
Membro

Eustáquio Coelho Lott  
Membro

## PARECER DO CONSELHO FISCAL (Nº 07/2017)

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 25, III, do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2017 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 07/08/17, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 30/06/17, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao semestre encerrado naquela data, e estão de acordo

com as práticas contábeis emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro (RJ), 08 de agosto de 2017.

Christianne Dias Ferreira  
Marcos Jorge de Lima  
Vinicius Mendonça Neiva